



Estado do Rio de Janeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUAMA

PROTOCOLO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUAMA
PROTOCOLO MUNICIPAL
Nº: 24479 / 10 / 2025
DATA: 30/10/2025 - 14:46:55
ASSUNTO: RECURSO
REQ: B.D.R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTD
SENHA: 9286A5W

Comli



À PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUAMA - RJ

30/10/2025

Araruama, 30 de Outubro de 2025

Obs: Isenção de registro somente existe para equipamentos cuja finalidade seja uso doméstico, não há qualquer possibilidade de equipamentos adquiridos pela administração ser isento. Se há um CNPJ, a alegação de uso doméstico cai por terra, visto que a existência de uma personalidade jurídica, por si só retira o caráter pessoal, doméstico e residencial do equipamento.

PREGÃO ELETRÔNICO N° 050/2025

Processo 9097/2025

B. D. R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA, estabelecida à Av: Marechal Mascarenhas de Moraes n°. 88, sala 4, na cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ, n.º 52.496.119/0001-09 e Inscrição Estadual n.º 177.614.741.116, por intermédio de seu representante **MARCOS RIBEIRO JÚNIOR**, portador do documento de identidade RG: 27.601.292-6 SSP/SP e CPF: 226.722.708-800, vem respeitosamente à presença de V.SRA, não se conformando, *data vênica*, com a decisão proferida pela Douta Comissão de Licitação que não desclassificou as licitantes **MHT DISTRIBUIDORA E SERVICOS LTDA, VILLA GARDEN COMERCIO E SERVICOS LTDA, MBM SERVICOS E SOLUCOES LTDA, MJ COMERCIO E SERVICIO LTDA, MDX CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA, SUPRILAGOS COMERCIO E SERVICOS, REAL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS E SERVICOS LTDA, JSR PRODUTOS E SERVICOS LTDA e ML DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS E SERVICOS LTDA** no item 09 e **VILLA GARDEN COMERCIO E SERVICOS LTDA, REAL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS E SERVICOS LTDA, MBM SERVICOS E SOLUCOES LTDA e MDX CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA** no item 10 interpor em tempo hábil

RECURSO ADMINISTRATIVO,

com fundamento no art. 165 inc. I, alínea "b" da Lei 14.133/21

Não andou com o costumeiro acerto a Comissão de Julgamento desta Licitação, uma vez que não desclassificou as licitantes **MHT DISTRIBUIDORA E SERVICOS LTDA, VILLA GARDEN COMERCIO E SERVICOS LTDA, MBM SERVICOS E SOLUCOES LTDA, MJ**

B. D. R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

C.N.P.J 52.496.119/0001-09

COMERCIO E SERVICO LTDA, MDX CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA, SUPRILAGOS COMERCIO E SERVICOS, REAL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS E SERVICOS LTDA, JSR PRODUTOS E SERVICOS LTDA e ML DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS E SERVICOS LTDA no item 09 e VILLA GARDEN COMERCIO E SERVICOS LTDA, REAL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS E SERVICOS LTDA, MBM SERVICOS E SOLUCOES LTDA e MDX CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA no item 10 em total afronta ao disposto no edital e na lei nº 14.133/21, senão vejamos:

O edital foi aberto possuindo o seguinte objeto:

AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS DE COZINHA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E ÓRGÃOS DA SEDUC.

Ocorre que as recorridas não atendem as especificações dos itens 09 e 10, que possuem a seguinte descrição:

Item 09 - Balança corporal digital de até 150kg Balança construída com plataforma de Vidro Temperado de 8mm, visor LCD. Funciona com uma bateria CR2032, inclusa no produto, permitindo o uso imediato após a aquisição. Com dimensões aproximadas de 16 cm de comprimento, 16 cm de altura e 16 cm de largura, com certificação do INMETRO

Item 10 – Balança digital com plataforma bivolt, em aço galvanizado, capacidade máxima de 200kg. Possui display digital, plataforma antiderrapante de aço carbono, funciona com bateria. Dimensões: 39cm de largura, 1,25m de altura, 34cm de comprimento, Certificação do INMETRO

No item 10, as recorridas ofertaram equipamentos das marcas MEGA, HANABI, WINCY e MONDIAL, e nenhuma dessas atende ao edital.

As marcas MEGA e HANABI não possuem plataforma de aço, é em ferro e não possui revestimento antiderrapante

PROCESSO Nº 2419
115
03
[Assinatura]

B. D. R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

C.N.P.J 52.496.119/0001-09

[https://www.mercadolivre.com.br/balanca-plataforma-digital-200kg-reforcada-](https://www.mercadolivre.com.br/balanca-plataforma-digital-200kg-reforcada-40x30cm-)

[40x30cm-](#)

[cbateria/up/MLBU3424245738?pdp_filters=item_id:MLB5697996672&matr_tool=40300352&matr_inter
nal_campaign_id=&matr_word=&matr_source=google&matr_campaign_id=22090354013&matr_ad_gro
up_id=173090509916&matr_match_type=&matr_network=g&matr_device=c&matr_creative=727882725
996&matr_keyword=&matr_ad_position=&matr_ad_type=pla&matr_merchant_id=5551725479&matr_pr
oduct_id=MLB5697996672&matr_product_partition_id=2389721279223&matr_target_id=aud-
1967156880386:pla-
2389721279223&cq_src=google_ads&cq_cmp=22090354013&cq_net=g&cq_plt=gp&cq_med=pla&gad
_source=1&gad_campaignid=22090354013&gbraid=0AAAAAD93qcA59QW5UCctkBl7LBu2BNw1U
&gclid=CjwKCAjw04HIBhB8EjwA8jGNbX3XxZvk8tRij1zFjTNxHQTQk8j66Jl6sWTU1rrxIFzCVQIG
wp9m4BoCd3EQAvD_BwE](#)



Novo | +5 vendidos

**Balança Plataforma Digital 200kg
Reforcada 40x30cm C/bateria
Cinza/preto**

R\$ 339

12x R\$ 33*

Ver os meios de pagamento

Cor: Cinza/Preto



Voltagem: Escolha

127/220V

O que você precisa saber sobre este produto

- Peso mínimo suportado: 1 kg
- Peso máximo suportado: 200 kg
- Diâmetro da superfície de apoio: 10 cm
- Largura da superfície de apoio: 30 cm
- Comprimento da superfície de apoio: 40 cm
- Com mastro: Sim
- De uso comercial.
- Suporta até 200kg.
- Display LED.
- Inclui a tecla Tara que permite subtrair o peso dos recipientes.
- Possui a tecla zero para restaurar o valor da balança.
- A solução que a sua loja precisa.
- A duração da bateria depende do uso que se dá ao produto.

RECEBIMOS Nº 24479
13
[Handwritten Signature]
ASSINATURA E CANCELAMENTO

B. D. R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

C.N.P.J 52.496.119/0001-09

Características gerais

Marca	Mega
Linha	Plataforma
Modelo	Digital
Cor	Cinza/Preto

Superfície de apoio

Comprimento da superfície de apoio	40 cm
Largura da superfície de apoio	30 cm
Diâmetro da superfície de apoio	10 cm

Funções

Com teclado	Sim
Com tecla tara	Sim
Com tecla zero	Sim
Com impressora	Não
Tara máxima	200 kg

Especificações

Peso máximo suportado	200 kg
Com mastro	Sim
Peso mínimo suportado	1 kg
Tipo de produto	Comercial
Tipo de balança	Plataforma
Tipo de painel da balança digital	LED
É ponderável	Não

Outros

Tipo de bateria	Bateria recarregável
-----------------	----------------------

PROCESSO N° 24479
119
09
2023

B. D. R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

C.N.P.J 52.496.119/0001-09

Descrição

***ATENÇÃO :

APENAS UMA UNIDADE POR COMPRA! COMPRAS COM MAIS DE UMA UNIDADE NÃO SERÃO ENVIADAS! CASO PRECISE MAIS DE UMA UNIDADE EFETUE COMPRAS SEPARADAS COM PAGAMENTOS SEPARADOS .

NÃO EMITIMOS NF.

PRODUTO DISPONÍVEL EM ESTOQUE, ENVIO IMEDIATO!

Balança digital 200kg de plataforma com bateria.

- Pé nivelador.
- Divisão de 50gr.
- Pesagem máxima de até 200kg.
- Pesagem mínima 1kg.
- Função TARA.
- Painel todo digital LED VERMELHO em português idêntico a foto do anúncio.
- Manual de instruções em INGLÊS.
- Carregador bivolt 110/220volts para a bateria interna.
- Bateria de Longa duração.

Dimensões da plataforma:

- 30cm. largura
- 40cm. comprimento
- 70cm. altura

Garantia do vendedor: 30 dias

[https://produto.mercadolivre.com.br/MLB-5192383050-balanca-de-plataforma-](https://produto.mercadolivre.com.br/MLB-5192383050-balanca-de-plataforma-200kg-40x30cm-led-eletrnica-digital-)

[200kg-40x30cm-led-eletrnica-digital-](https://produto.mercadolivre.com.br/MLB-5192383050-balanca-de-plataforma-200kg-40x30cm-led-eletrnica-digital-)

[_JM?matt_tool=14476645&matt_internal_campaign_id=&matt_word=&matt_source=google&matt_campaign_id=22090193660&matt_ad_group_id=174661938164&matt_match_type=&matt_network=g&matt_device=c&matt_creative=727914177985&matt_keyword=&matt_ad_position=&matt_ad_type=pla&matt_merchant_id=5318169576&matt_product_id=MLB5192383050&matt_product_partition_id=2389721279183&matt_target_id=aud-1966490908987:pla-2389721279183&cq_src=google_ads&cq_cmp=22090193660&cq_net=g&cq_plt=gp&cq_med=pla&gad_source=1&gad_campaignid=22090193660&gbraid=0AAAAAD93qcAUUK8pbDpKFFUkNNh80sFQ8](https://produto.mercadolivre.com.br/MLB-5192383050-balanca-de-plataforma-200kg-40x30cm-led-eletrnica-digital-?JM?matt_tool=14476645&matt_internal_campaign_id=&matt_word=&matt_source=google&matt_campaign_id=22090193660&matt_ad_group_id=174661938164&matt_match_type=&matt_network=g&matt_device=c&matt_creative=727914177985&matt_keyword=&matt_ad_position=&matt_ad_type=pla&matt_merchant_id=5318169576&matt_product_id=MLB5192383050&matt_product_partition_id=2389721279183&matt_target_id=aud-1966490908987:pla-2389721279183&cq_src=google_ads&cq_cmp=22090193660&cq_net=g&cq_plt=gp&cq_med=pla&gad_source=1&gad_campaignid=22090193660&gbraid=0AAAAAD93qcAUUK8pbDpKFFUkNNh80sFQ8)

PROCESSO Nº 115-2019-001
2019
001
A. J. M. S. & C. O. S. S.

B. D. R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

C.N.P.J 52.496.119/0001-09

[&gclid=CjwKCAjw04HIBhB8EiwA8jGNbQQy9UE_AbEVNE_COHs-gPYzI8wgVKO6HU3Oq9pQGo_8rjVKftLOKhoCgUUQAvD_BwE](#)



Características do produto

Com função tara: Sim

Com função zero: Sim

Com impressora: Não

Características gerais

Marca	Hanabi
Linha	Comercial
Modelo	Digital
Modelo alfanumérico	TCS-K1

Especificações

Peso máximo suportado	200 kg
Tipo de produto	Comercial
Tipo de balança	Digital
Tipo de painel de balança digital	LED
É pendurável	Não

Funções

Com teclado	Sim
Com tecla tara	Sim
Com tecla zero	Sim
Com impressora	Não

Outros

Tipo de bateria	Lião
Número de registro/verificação INMETRO	1465-01-24
Fabricante	Hanabi

PERMISSÃO Nº 01479
115
07
SILVANA S. C. S. S. S.

B. D. R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

C.N.P.J 52.496.119/0001-09

As marcas WENCY e MONDIAL são fabricadas em vidro e O EDITAL REQUER AÇO e não possuem medidas de de 39x34x125cm, sequer possuindo coluna. A balança WENCY possui capacidade de 180kg e a MONDIAL de 150kg, quando o edital exige ao menos 200kg.

<https://www.mercadolivre.com.br/balanca-corporal-digital-wincy-clc1002-ate-180-kg/p/MLB9096280>



Novo | +1000 vendidos



Balança corporal digital Wincy CLC1002, até 180 kg

4,6 ★★★★★ (134)

R\$ 51⁵¹

12x R\$ 5⁰⁷

Ver os meios de pagamento

O que você precisa saber sobre este produto

- Capacidade máxima de peso de 180 kg para atender diferentes necessidades.
- Plataforma em vidro temperado para durabilidade.
- Balança digital com leitura clara e fácil.
- Sistema de desligamento automático para economia de bateria.
- Indicador de excesso de peso para monitoramento eficaz.
- Unidades de pesagem em kg para maior precisão.

Ver características

Opções de compra:

PROCESSO Nº 2439
115
08
A

B. D. R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

C.N.P.J 52.496.119/0001-09

Características gerais

Marca	Wincy
Modelo	CLC1002

Características da estrutura

Materiais da plataforma	Vidro
-------------------------	-------

Funções

Com medidor de gordura corporal	Não
Com indicador de excesso de peso	Sim
Com medidor de altura	Não
Com medidor de IMC	Não
Com desligamento automático	Sim
Com indicador de bateria fraca	Sim

Conectividade

Especificações

Tipo de balança	Digital
Capacidade máxima de peso	180 kg
É pediátrica	Não
Tipos de alimentação	Bateria 2032
Uso recomendado	Barbeiro
Com tela digital	Sim
Unidades de pesagem	kg

Dimensões

Comprimento	29 cm
Largura	20 cm
Altura	3 cm

Outros

Inclui bateria	Não
----------------	-----

<https://www.amazon.com.br/Balan%C3%A7a-MK-Mondial-Eletrrodomesticos->

BL-

[05/dp/B07KXZZ7R6/ref=asc_df_B07KXZZ7R6?mcid=e8b2f2823acb3b85a3cbcea5b003d31&tag=googleshopp00-](https://www.amazon.com.br/Balan%C3%A7a-MK-Mondial-Eletrrodomesticos-05/dp/B07KXZZ7R6/ref=asc_df_B07KXZZ7R6?mcid=e8b2f2823acb3b85a3cbcea5b003d31&tag=googleshopp00-)

[20&linkCode=df0&hvadid=709857204930&hvpos=&hvnetw=g&hvrnd=11388360200694734809&hvpone=&hvptwo=&hvqmt=&hvdev=c&hvdvcmdl=&hvlocint=&hvlocphy=9197751&hvtargid=pla-847113125986&language=pt_BR&gad_source=1&th=1](https://www.amazon.com.br/Balan%C3%A7a-MK-Mondial-Eletrrodomesticos-20&linkCode=df0&hvadid=709857204930&hvpos=&hvnetw=g&hvrnd=11388360200694734809&hvpone=&hvptwo=&hvqmt=&hvdev=c&hvdvcmdl=&hvlocint=&hvlocphy=9197751&hvtargid=pla-847113125986&language=pt_BR&gad_source=1&th=1)

PROTEÇÃO Nº 24479
115
09
ASSINATURA E CARIMBO

B. D. R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

C.N.P.J 52.496.119/0001-09

Portanto, é forçoso concluir que o princípio da vinculação ao instrumento convocatório tem extrema importância, na medida em que além de impor que as normas nele estipuladas devem ser fielmente observadas pela Administração e pelos administrados, assegura o cumprimento de inúmeros outros princípios atinentes ao certame: transparência, igualdade, impessoalidade, publicidade, moralidade, probidade administrativo, julgamento objetivo e segurança jurídica.

Demais disso, tal princípio evita qualquer burla às normas fixadas no instrumento convocatório durante a execução do contrato por aquele que logrou êxito no certame.

Isso sem contar que, com regras claras e previamente estipuladas, é perfeitamente possível a qualquer cidadão fiscalizar seu efetivo cumprimento.

Desse modo, demonstrada a importância do princípio, observa-se que o mesmo não foi observado, devendo, portanto, todos os atos posteriores serem remidos.

Cumprir destacar que é notória a finalidade principal de um certame licitatório, onde o que se busca é a escolha da proposta comercial mais vantajosa para a Administração Pública.

Assim, evitando uma contratação irregular e temerária, propensa a causar prejuízo ao erário, a Lei que rege tal ato, traz em seu bojo todas os parâmetros necessários para que não haja exclusão ou indiferenças de nenhum dos participantes.

As regras devem ser respeitadas e cumpridas pelo Órgão Licitante, sem qualquer discricionariedade. As licitações não possuem espaços para alterações das regras sem o devido comunicado prévio aos concorrentes, utilizando a mesma forma de publicação do próprio Edital, para que todos tenham a ciência da alteração e possam providenciar o necessário.

Ora, os atos administrativos estão vinculados à legislação por força do princípio da legalidade estampado na Constituição Federal, segundo o qual A administração quando da elaboração e julgamento da Licitação, deve respeitar as normas estabelecidas na Constituição Federal

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos

24479
10
A

B. D. R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

C.N.P.J 52.496.119/0001-09

princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Sendo assim, se não há imposição legal ou prática que dê amparo à exigência, realizá-la afrontará ao supracitado princípio da legalidade, segundo o qual — repita-se — **“ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei”** (Art. 5º, inc. II, da Constituição Federal).

Ou seja, somente é admissível e lícita a exigência prevista pela Lei e que seja indispensável para garantir a execução do objeto, razão pela qual qualquer exigência que extrapole o limite definido pela Constituição Federal deverá ser rechaçada, uma vez que, injustificadamente, frustra a competição, impedindo a participação de muitas pessoas capazes de executar o objeto.

que eligeno?

Nesta esteira, cabe transcrever a elucidativa lição do Professor Celso Antônio Bandeira de Mello, ao traçar os parâmetros da aplicação prática do supracitado princípio, in Curso de Direito Administrativo, Malheiros Editores, 14ª ed., 2002, págs. 474/475, que leciona:

“O princípio da igualdade implica o dever não apenas de tratar isonomicamente todos os que afluem ao certame, mas também o de ensejar oportunidade de disputá-lo a quaisquer interessados que, desejando dele participar, podem oferecer as indispensáveis condições de garantia, é o que prevê o já referido art. 37, XXI, do Texto Constitucional. Aliás, o § 1º do art. 3º da Lei 8.666 proíbe que o ato convocatório do certame admita, preveja, inclua ou tolere cláusulas ou condições capazes de frustrar ou restringir o caráter competitivo do procedimento licitatório...” (g.nosso).

PROCESSO Nº 04419
112
ASSINATURA E CARIMBO

B. D. R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

C.N.P.J 52.496.119/0001-09

Os princípios norteadores da Licitação estão elencados no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição federal, resta suficientemente comprovado o desrespeito por vários deles como IGUALDADE E ISONOMIA, LEGALIDADE e PUBLICIDADE.

Segundo Celso Antonio Bandeira de Mello "firma a tese de que não se pode desenvolver qualquer espécie de favoritismo ou desvalia em proveito ou detrimento de alguém. Há de agir com obediência ao princípio da impessoalidade. [...] O princípio da isonomia da Administração não necessita para seu fundamento, da invocação de cânones de ordem moral. Juridicamente se estriba na convincente razão de que os bens manipulados pelos órgãos administrativos e os benefícios que os serviços públicos podem propiciar são bens de toda comunidade, embora por ela geridos, e benefício: a que todos igualmente fazem jus, uma vez que os Poderes Públicos, no Estado de Direito, são simples órgãos representantes de todos os cidadãos".

E continua lecionando que Princípio da Isonomia nos processos licitatórios:

"o princípio da isonomia (igualdade) implica o dever não apenas de tratar isonomicamente todos os que afluírem ao certame, mas também o de ensejar oportunidade de disputá-lo a quaisquer interessados que, desejando dele participar, podem oferecer as indispensáveis condições de garantia. É o que prevê o já referido art. 37, XXI, do Texto Constitucional. Aliás, o §1º do art. 3º da Lei n.º 8.666/1993, proíbe que o ato convocatório do certame admita, preveja, inclua ou tolere cláusulas ou condições capazes de frustrar ou restringir o caráter competitivo do procedimento licitatório e veda o estabelecimento de preferências ou distinções em razão da naturalidade, sede ou domicílio dos licitantes, bem como entre empresas brasileiras ou estrangeiras, ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o objeto do contrato". (grifei).

É de suma importância que o Princípio da isonomia seja trabalhado no decorrer do processo licitatório e não somente antes do mesmo. Depois de editado o ato convocatório, o Princípio da Isonomia continua aplicável. Trata-se, então, da isonomia na execução da licitação.

A isonomia deve ser pilar de todo o processo licitatório tanto durante o ato convocatório, que é aberto a todos, dentre os quais serão selecionados os que se enquadram nas

PROCESO N.º 24479
10
J

B. D. R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

C.N.P.J 52.496.119/0001-09

características necessárias, exceto aqueles que por ato anterior estejam impossibilitados de participar, e na fase seguinte do processo, sendo que o julgamento das propostas deve ser feito baseado nos critérios objetivos delimitados no ato convocatório, desde que não contrariem a legislação vigente, sem qualquer influência subjetiva, ou preferência dos julgadores também nessa fase.

Entendemos que a licitação pública não visa atender os interesses dos particulares, mas sim sempre à satisfação do interesse público, proporcionando à Administração a possibilidade de realizar o negócio mais vantajoso e simultaneamente ASSEGURAR AOS CONCORRENTES A OPORTUNIDADE DE CONCORREREM, EM IGUALDADE DE CONDIÇÕES, À CONTRATAÇÃO PRETENDIDA PELA ADMINISTRAÇÃO. Sucintamente, Hely Lopes Meirelles cita:

"Licitação é o procedimento administrativo mediante o qual a Administração seleciona a proposta mais vantajosa para o contrato de seu interesse".

Ademais, por se constituir "lei" interna do certame, o edital "vincula inteiramente a Administração e os proponentes" (apud Hely Lopes Meirelles, Direito Administrativo Brasileiro, 20ª edição, Malheiros Editores, São Paulo, 1995, pag. 260), não podendo ser descumprida as normas e condições do mesmo.

O ilustre administrativista José Cretella Júnior, em obra intitulada "Das Licitações Públicas", 4ª edição, Editora Forense, pág. 103, destaca o Princípio da vinculação ao instrumento convocatório, nos seguintes termos:

"Elemento ou documento fundamental da licitação, que não só assegura o requisito da publicidade, peculiar ao ato administrativo, como também vincula a Administração e administrados - concorrentes, ao que nele se prescreveu - se o edital, instrumento convocatório vinculatório.

Peça básica do procedimento concorrenciais ou licitatório funciona como sua lei interna, que traça as diretrizes dos interessados em todos os momentos ulteriores"

Trata-se de, ou seja, eis uma grave demonstração de inobservância da Administração Pública à **MORALIDADE**, conforme destaca o Respeitável Doutrinador Fabrício Motta:

PROCESSO Nº 2479
113
13
A

B. D. R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

C.N.P.J 52.496.119/0001-09

Por isso, a Administração não pode evadir-se simplesmente das regras que ela mesmo determinou e às quais aderem os candidatos. O princípio da moralidade, neste momento encarado sob o aspecto da confiança recíproca e da boa fé, exige da Administração postura de respeito aos parâmetros previamente definidos no instrumento, que é o vínculo entre Poder Público e candidatos. (in Concurso Público e a confiança na atuação Administrativa: Análise dos Princípios da Motivação, Vinculação ao Edital e Publicidade. Em Concurso Público e Constituição. pg. 148)

Afinal, a Administração Pública está adstrita aos Princípios da Moralidade, Confiança, Boa Fé e da Impessoalidade, que devem estar presentes em todo e qualquer ato administrativo.

Mas não bastasse a inequívoca ilegalidade que macula o ato administrativo, o ato impugnado carece da devida MOTIVAÇÃO, requisito necessário à validade do ato.

Sabidamente, trata-se de preceito basilar e indispensável para conferir ISONOMIA entre os administrados, conforme leciona Adilson Abreu Dallari:

O princípio da isonomia é uma decorrência imediata do princípio republicano, motivo pelo qual o insuperável Geraldo Ataliba, às páginas 133 e ss. De seu República e Constituição (...), afirmou que ele se irradia sobre todos os dispositivos constitucionais, afetando tanto a elaboração das leis quanto todos os atos administrativos: "...Os poderes que de todos recebem devem traduzir-se em benefícios e encargos iguais para todos os cidadãos. De nada valeria a legalidade, se não fosse marcada pela igualdade. A igualdade é, assim, a primeira base de todo Ed. Fórum, 2005s os princípios constitucionais e condiciona a própria função legislativa, que é a mais nobre, alta e ampla de quantas funções o povo, republicanamente, decidiu criar. A isonomia há de se expressar, portanto, em todas as manifestações do Estado..." (in Concurso Público e Constituição. Coordenador Fabrício Motta. . Pg.92)

Portanto, qualquer ato que venha a comprometer a igualdade na gestão pública deve ser rechaçado pelo Poder Judiciário – como no presente caso, em que Afinal, tem-se que ter sempre

B. D. R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

C.N.P.J 52.496.119/0001-09

em mente a principal finalidade do, sobre esse propósito, insta trazer à baila a lição do saudoso professor e magistrado Hely Lopes Meirelles, que assim assevera: (...) *todo ato administrativo, de qualquer autoridade ou Poder, para ser legítimo e operante, há que ser praticado em conformidade com a norma legal pertinente (princípio da legalidade), com a moral da instituição (princípio da moralidade), com a destinação pública própria (princípio da finalidade), com a divulgação oficial necessária (princípio da publicidade) e com presteza e rendimento funcional (princípio da eficiência). Faltando, contrariando ou desviando-se desses princípios básicos, a Administração Pública vicia o ato, expondo-o a anulação por ela mesma ou pelo Poder Judiciário, se requerida pelo interessado.* (in Direito Administrativo Brasileiro, 34ª Edição, 2008, Editora Malheiros, São Paulo, pg. 716)

No mais, a eventual manutenção da habilitação/classificação da empresa requerida (que não atendem ao edital conforme suas especificações) será um erro cometido pela administração pública, uma ilegalidade.

Vale ressaltar que se não ocorrer o deferimento do recurso, a empresa recorrente estará o direito de requerer na justiça a qualquer tempo indenização por perdas e danos (responsabilização da administração por erro cometido neste pregão), sendo que para evitar a medida judicial e evitar a responsabilização da administração é que a empresa vem por meio deste recurso solicitar na via administrativa a revisão da decisão de desclassificação para que a administração possa revê-los, identificar erro (ilegalidade) e corrigi-lo.

Informamos que mantida a decisão, aceitando equipamento sem registro no INMETRO, oficiaremos à referida autarquia para que tome as providencias junto ao Ministério Público e outras medidas que julgar necessárias.

Assim, não restam dúvidas de que as licitantes MHT DISTRIBUIDORA E SERVICOS LTDA, VILLA GARDEN COMERCIO E SERVICOS LTDA, MBM SERVICOS E SOLUCOES LTDA, MJ COMERCIO E SERVICO LTDA, MDX CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA, SUPRILAGOS COMERCIO E SERVICOS, REAL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS E SERVICOS LTDA, JSR PRODUTOS E SERVICOS LTDA e ML DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS E SERVICOS LTDA no item 09 e VILLA GARDEN COMERCIO E SERVICOS LTDA, REAL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS E SERVICOS LTDA, MBM SERVICOS E SOLUCOES LTDA e MDX CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA no item 10 deveriam ser DESCLASSIFICADAS visando manter a licitude e a legalidade do presente certame. Mantendo a classificação de uma licitante que não observou as exigências do Edital, estará ferindo quase todos os

B. D. R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

C.N.P.J 52.496.119/0001-09

princípios básicos consagrados pelo art. 3º da lei de certames: da legalidade, isonomia, e, notadamente, da vinculação ao instrumento convocatório.

Diante do exposto, esta Requerente requer se digne a Ilustre Comissão Julgadora a proceder a revisão de todos os atos realizado quanto ao procedimento em questão em virtude do ocorrido, assim, atribuindo provimento ao presente **RECURSO ADMINISTRATIVO**, afastando todos os atos praticados em desconformidade com a Lei, em especial a classificação das licitantes **MHT DISTRIBUIDORA E SERVICOS LTDA, VILLA GARDEN COMERCIO E SERVICOS LTDA, MBM SERVICOS E SOLUCOES LTDA, MJ COMERCIO E SERVICIO LTDA, MDX CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA, SUPRILAGOS COMERCIO E SERVICOS, REAL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS E SERVICOS LTDA, JSR PRODUTOS E SERVICOS LTDA e ML DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS E SERVICOS LTDA no item 09 e VILLA GARDEN COMERCIO E SERVICOS LTDA, REAL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS E SERVICOS LTDA, MBM SERVICOS E SOLUCOES LTDA e MDX CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA no item 10** ou, fazê-lo subir, devidamente, informado à Autoridade Superior, como **MEDIDA DE JUSTIÇA**, evitando assim impetração de Mandado de Segurança e Representação junto ao Tribunal de Contas E **AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS**.

MARCOS
RIBEIRO
JUNIOR:22
672270880

Assinado de
forma digital por
MARCOS RIBEIRO
JUNIOR:22672270
880
Dados: 2025.10.29
17:38:06 -03'00'

Termos em que,
pede deferimento,

Araçatuba/SP, 28 de outubro de 2025

B. D. R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

MARCOS RIBEIRO JÚNIOR

CPF: 226.722.708-80

PROCESSO Nº 2479
115 16
DISTRIBUIDORA E SERVICOS



Clique para ver a visualização completa

Balança Digital Ellegance, Mondial, Prata, 6V, Bateria - BL-03

Visite a loja **MONDIAL**
4,5 ★★★★★ 4.457 avaliações de clientes

Mais de 100 compras no mês passado

R\$107,12

à vista no Pix (10% off)
ou R\$ 119,21 em até 3x de R\$ 39,73 sem juros (ver opções de pagamento)

- Pagamentos e Segurança
- Envio pela Amazon
- Política de devolução

Cor: Branco



Marca	MONDIAL
Cor	Branco
Características especiais	Portátil
Tipo de visor	LCD
Limite de peso	150 Quilogramas

Descrição do produto

A Balança Digital Ellegance Mondial BL-03 é ideal para o cotidiano do seu cozinheiro. Com design moderno e sofisticado, possui display em LCD com grande visor e capacidade máxima para pesagem de 150kg. Portátil, é adequada ao espaço menor dos países, permitindo também automaticamente após algumas segundos sem uso, a que garante praticidade de uso e economia de bateria. Possui mais sobre a BL-03 da Mondial.

DISPLAY DE LCD: A balança digital Mondial possui grande visor para facilitar a leitura durante a pesagem.

DESIGN SOFISTICADO: O modelo vem com vidro temperado de alta resistência e ABS impregna mais resistência ao ambiente.

ACIONAMENTO E DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO: Carater possibilidade de usar a pilha e economizar de bateria.

COMPENSAR: A 10 possibilita a pesagem exata de 100g e evita a erro peso de medida casuais.

RENTANDE DE BATERIA FRACA: Uma balança precisa e fácil de usar! O indicador mostra em que momento você precisa trocar a bateria.

DESIGN SOFISTICADO: Garante mais segurança durante o uso, evitando preocupações com possíveis acidentes.

DE ACORDO COM A NORMA MONDIAL: A Mondial é a escolha de milhões de consumidores. Mondial, a escolha inteligente!

No item 09, as recorridas ofertaram equipamentos das marcas FRATELI, ORIGINAL LINE, WINCY, BALMAK modelo SLIMBASIC, QUALITY, G-TECH e CLINK, que assim como as marcas MEGA, HANABI e MONDIAL ofertadas no item 10 citadas acima, não possuem certificação do INMETRO, sendo que certificação junto ao órgão é requisito obrigatório para BALANCAS pois balança para pesagem em órgão público não é de uso doméstico. O órgão público não pode adquirir balanças domesticas com fim residencial.

E a exigência é clara na descrição de ambos os itens a exigencia

Certificação do INMETRO

PROCESSO Nº 24429
115
17
27

B. D. R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

C.N.P.J 52.496.119/0001-09

Aqui destacamos que na licitação realizada pelo município de Lagoa Grande/MG, o município diligenciou ao IPEM local, obtendo a informação que balanças destinadas a saúde necessitam de certificação

Face aos argumentos apresentados, faz-se as seguintes considerações:

As alegações apresentadas em fase de recurso são de natureza técnica e afetas ao item 2. Em decorrência, abri diligência junto ao INMETRO para confirmar se as balanças ofertadas pelas recorridas possuem ou não a certificação exigida no edital. Na



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA GRANDE – MG
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Rua. Manoel Calango, 172 - Centro - 38.755-000 - Lagoa Grande - MG.
PABX: (34) 3816-2900 / licitacao.lagoagrande@hotmail.com
CNPJ: 23.097.454/0001-26
Administração 2025/2028



oportunidade, o Sr. Junior Ferreira de Paula - Agente Fiscal de Gestão, Metrologia e Qualidade / Gerente Regional do Instituto de Metrologia e Qualidade do Estado de Minas Gerais - IPEM-MG (Regional Uberlândia) informou:

"Em atenção à solicitação, informamos que não há certificação Inmetro para as balanças corporais digitais (modelos BC 180kg, G-TECH e BALMAK) encaminhadas. Ressaltamos que, conforme a Portaria Inmetro nº 157/2022 (legislação em vigor), todos os instrumentos de pesagem não automáticos empregados em saúde – incluindo balanças para determinação do peso de pacientes – devem possuir aprovação de modelo pelo Inmetro. Nesse sentido, o §1º do art. 1º da referida Portaria estabelece que o regulamento se aplica a instrumentos destinados à "determinação da massa na prática de profissionais da área da saúde."

A resposta é clara que equipamentos usados por agentes necessitam de certificação do INMETRO.

Frisamos que a aceitação da balança sem CERTIFICAÇÃO junto ao INMETRO não é compatível com a legislação, uma vez que a exigência de certificação do INMETRO NÃO É UMA FACULDADE E NÃO É UM DOCUMENTO PASSIVEL DE EXIGENCIA OU NÃO NO EDITAL OU NA DESCRIÇÃO DO ITEM; A certificação se faz obrigatória para equipamentos de medição e independe da vontade do órgão comprador. Não pode

54419
18
A

B. D. R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

C.N.P.J 52.496.119/0001-09

o órgão adquirir produto à revelia da legislação seria o mesmo de comprar por licitação CD pirata ao invés de CD original. O CD PIRATA funciona e atende as necessidades do órgão /consumidor mas é ilegal/ é crime adquirir produtos à revelia/contra a LFI. Outro exemplo é seria o mesmo que comprar uma vacina não aprovada pela ANVISA. O edital nem precisa exigir que o cd seja original e nem que a vacina seja aprovada pela Anvisa; essa obrigação é implícita no item. É uma ordem legal que assim seja!

O RECURSO NÃO SE TRATA DE TORNAR EXIGIVEL OU NÃO UM DOCUMENTO. O RECURSO SE TRATA DA QUALIDADE DO PRODUTO OFERTADO, E PARA SEGURANCA DO CIDADÃO É EXIGIVEL NÃO PELA REQUERENTE, NÃO PELA ADMINISTRAÇÃO, MAS SIM PELA AUTARQUIA FEDERAL QUE AS BALANCAS ADQUIRIDAS NO BRASIL POSSUAM SUA APROVAÇÃO pois é requisito obrigatório para instrumentos de pesagem.

É ILEGAL ACEITAR O PRODUTO SEM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO SOB ALEGAÇÃO DE QUE NÃO HOUE EXIGENCIA NO EDITAL OU NÃO HÁ NECESSIDADE DE CERTIFICAÇÃO. POSTO QUE TRATA-SE DE UMA EXIGENCIA LEGAL DE QUALIDADE/LEGALIDADE DO PRODUTO, NO QUAL O PREGOEIRO TEM O DEVER DE RESPEITAR E ATENDER A LEGISLAÇÃO E ADQUIRIR PRODUTOS DENTRO DA LEI.

SE O EDITAL NÃO EXIGIR, NÃO MUDA A OBRIGATORIEDADE LEGAL DE ADQUIRIR PRODUTOS CERTIFICADOS PELO INMETRO OU APROVADOS PELA ANVISA (para produtos controlados).

Assim, O PRODUTO ORA ADJUDICADO NÃO POSSUE NÃO ATENDE A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA, SENDO UMA ILEGALIDADE A MANUTENÇÃO DESSA CONTRATAÇÃO.

AINDA, é obrigação do pregoeiro e comissão de licitação ANALISAR AS PROPOSTAS E CONFIRMAR ATENDIMENTO INTEGRAL AS ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL BEM COMO ATENDIMENTO A LEGISLAÇÃO, sendo que deve desclassificar propostas que não atendem ao edital e contrariem a legislação vigente: o pregoeiro e sua equipe é parte essencial e não pode ser esquivar de cumprir a lei, especialmente a Constituição Federal!

PROCESSO Nº 24479
115
19
ASSINATURA E CARIMBO

B. D. R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

C.N.P.J 52.496.119/0001-09

Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

....

IV - verificação da conformidade de cada proposta com os requisitos do edital e, conforme o caso, com os preços correntes no mercado ou fixados por órgão oficial competente, ou ainda com os constantes do sistema de registro de preços, os quais deverão ser devidamente registrados na ata de julgamento, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis;

....

Ainda o **DECRETO N° 10.024, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019** que estabelece:

Conformidade das propostas

Art. 28. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

Observe o que ressalta o mestre Hely Lopes Meirelles: "A proposta que se desviar do pedido ou for omissa em pontos essenciais é inaceitável, sujeitando-se à desclassificação" (in Licitação e contrato administrativo, 14ª ed, 2007, p. 157)

Basta uma simples consulta/análise no site do próprio Inmetro para constatar que os produtos ofertados não possuem certificado aprovação no referido Órgão
http://www.inmetro.gov.br/legislacao/consulta.asp?seq_classe=2



PROCESSO N° 2479
113 - 29
SOLICITADA E
PREFEITO

B. D. R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

C.N.P.J 52.496.119/0001-09



Produto Consulta Resultado de Pesquisa

Resultado de Pesquisa

Sua pesquisa retornou 2 registros para o filtro Tipo Instrumento Medida: Balança, Marca: SHIMADU, Modelo: 1, Exibindo página 1 de 2.

Quantidade	Marca	Modelo	Valor	Unidade	Ativo
1	SHIMADU	1	100,00	kg	Ativo



Produto Consulta Resultado de Pesquisa

Resultado de Pesquisa

Sua pesquisa retornou 0 registros para o filtro Tipo Instrumento Medida: Balança, Marca: WINCY, Modelo: 1, Exibindo página 1 de 0.

Quantidade	Marca	Modelo	Valor	Unidade	Ativo
------------	-------	--------	-------	---------	-------



Produto Consulta Resultado de Pesquisa

Resultado de Pesquisa

Sua pesquisa retornou 0 registros para o filtro Tipo Instrumento Medida: Balança, Marca: SHIMADU, Modelo: 2, Exibindo página 1 de 0.

Quantidade	Marca	Modelo	Valor	Unidade	Ativo
------------	-------	--------	-------	---------	-------



Produto Consulta Resultado de Pesquisa

Resultado de Pesquisa

Sua pesquisa retornou 0 registros para o filtro Tipo Instrumento Medida: Balança, Marca: OHAUS, Modelo: 1, Exibindo página 1 de 0.

Quantidade	Marca	Modelo	Valor	Unidade	Ativo
------------	-------	--------	-------	---------	-------



Produto Consulta Resultado de Pesquisa

Resultado de Pesquisa

Sua pesquisa retornou 0 registros para o filtro Tipo Instrumento Medida: Balança, Marca: OHAUS, Modelo: 2, Exibindo página 1 de 0.

Quantidade	Marca	Modelo	Valor	Unidade	Ativo
------------	-------	--------	-------	---------	-------



Produto Consulta Resultado de Pesquisa

Resultado de Pesquisa

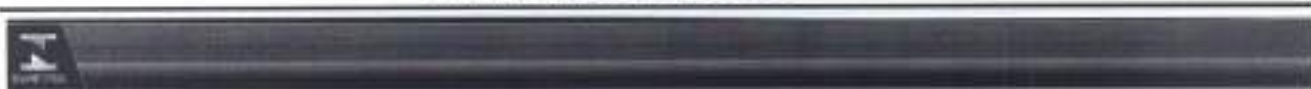
Sua pesquisa retornou 0 registros para o filtro Tipo Instrumento Medida: Balança, Marca: OHAUS, Modelo: 3, Exibindo página 1 de 0.

Quantidade	Marca	Modelo	Valor	Unidade	Ativo
------------	-------	--------	-------	---------	-------

RECIBO N° 04479
11/11/21
B. D. R. Comercio de Equipamentos Ltda.

B. D. R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

C.N.P.J 52.496.119/0001-09



Processo / Consulta / Resultado de Pesquisa

Resultado de Pesquisa

Sua pesquisa retornou 0 registros para o filtro Tipo Instrumento Medida: Balança, Marca: LIDER, Modelo: . Exibindo página 1 de 0.

Data	ALUGAR	Numero	Data	Situacao	Ação
------	--------	--------	------	----------	------



Processo / Consulta / Resultado de Pesquisa

Resultado de Pesquisa

Sua pesquisa retornou 0 registros para o filtro Tipo Instrumento Medida: Balança, Marca: HANNA, Modelo: 1. Exibindo página 1 de 0.

Data	ALUGAR	Numero	Data	Situacao	Ação
------	--------	--------	------	----------	------



Processo / Consulta / Resultado de Pesquisa

Resultado de Pesquisa

Sua pesquisa retornou 23 registros para o filtro Tipo Instrumento Medida: Balança, Marca: LIDER, Modelo: . Exibindo página 3 de 0.

Data	ALUGAR	Numero	Data	Situacao	Ação
------	--------	--------	------	----------	------

No mais, no site da fabricante LIDER pode ser verificado que além de inúmeros outros certificados, a mesma consta com total aprovação do INMETRO:



Processo / Consulta / Resultado de Pesquisa

Resultado de Pesquisa

Sua pesquisa retornou 23 registros para o filtro Tipo Instrumento Medida: Balança, Marca: LIDER, Modelo: . Exibindo página 3 de 3.

Data	ALUGAR	Numero	Data	Situacao	Ação
PAM	Portaria DINEL / INMETRO número 218 - de 08/10/2019 - Em vigor Aprovar os modelos LD200 Light e LD255 Light, de instrumentos de pesagem não automáticos, classe de exatidão III, marca Lider, de acordo com as condições de aprovação especificadas na íntegra da portaria. » Informações Complementares	218	8/10/2019	Em vigor	Integra
PAM	Portaria DINEL / INMETRO número 219 - de 08/10/2019 - Em vigor Aprovar os modelos LD230 Count e LD235 Count, de instrumentos de pesagem não automáticos, classe de exatidão III, marca Lider, de acordo com as condições de aprovação especificadas na íntegra da portaria. » Informações Complementares	219	8/10/2019	Em vigor	Integra
PAM	Portaria DINEL / INMETRO número 220 - de 08/10/2019 - Em vigor Aprovar os modelos LD230 Plus e LD235 Plus, de instrumentos de pesagem não automáticos, classe de exatidão III, marca Lider, de acordo com as condições de aprovação especificadas na íntegra da portaria. » Informações Complementares	220	8/10/2019	Em vigor	Integra
PAM	Portaria DINEL / INMETRO número 217 - de 04/10/2019 - Em vigor Aprovar os modelos LD230 Baby e LD235 Baby, de instrumentos de pesagem não automáticos, classe de exatidão III, marca Lider, de acordo com as condições de aprovação especificadas na íntegra da portaria. » Informações Complementares	217	4/10/2019	Em vigor	Integra
PAM	Portaria DINEL / INMETRO número 151 - de 10/09/2018 - Em vigor Aprovar o modelo 9200 de instrumento de pesagem não automático, marca Lider, classe de exatidão III. » Informações Complementares	151	10/9/2018	Em vigor	Integra
PAM	Portaria DINEL / INMETRO número 91 - de 06/06/2014 - Em vigor Alterar o item 1.4 da Portaria Sistematizada nº 120, de 30 de julho de 2004. » Informações Complementares	91	6/6/2014	Em vigor	Integra
PAM	Portaria INMETRO / DINEL número 450 de 19/11/2009 - Em vigor Alterar o quadro do subitem 1.4 da Portaria Sistematizada nº 120/2004.	450	19/11/2009	Em vigor	Integra

B. D. R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - End: Marechal Mascarenhas de Moraes nº 88, sala B
CEP 16.075-370 Araçatuba - SP. Telefone - (18) 2102-5500 - C.N.P.J 52.496.119/0001-09

PROCESSO Nº 24479
119
22
INMETRO

Academias, Frigoríficos, Pizzarias e Checkouts

Solicite um orçamento sem compromisso

FINAME
O financiamento pode ser pago em até 60 meses.

Crédito ICMS
Acreditamos crédito de ICMS como forma de pagamento.

EMPRESA CERTIFICADA PELO INMETRO
Acreditada pela coordenação geral de acreditação do INMETRO e faz parte da RBC (Rode Brasileira de Calibração).

ISO 9001 E ISO 17025
Suprindo as constantes exigências do mercado com certificado ISO 9001:2008 e ISO/IEC 17025

EMPRESA 100% BRASILEIRA
Todas as balanças e componentes são produzidos pela Líder balanças com tecnologia de ponta 100% brasileira.

Bem como Portaria que comprova que o produto ora ofertado, da marca Líder possui aprovação/certificação no INMETRO, podendo ser consultado em http://inmetro.gov.br/legislacao/resultado_pesquisa.asp?seq_classe=2&ind_publico=&sel_tipo_instrumento_medida=1-Balan%27a&sel_categoria=1-Aprova%27o&descr_marca=lider&descr_modelo=&sel_tipo_ato_legal=&sel_orgao_regulamentado=&nom_orgao=&num_ato=&anoassinatura=&palavra_chave=&btnPesquisar=Pesquisar&cbx_mercosu

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR - MDIC
INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL - INMETRO
Portaria INMETRO /DIMEL Nº 187, de 12 de setembro de 2006.

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Inmetro, no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, através da Portaria nº 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "g", da regulamentação metroológica aprovada pela Resolução nº 11, de 12 outubro de 1988, do CONMETRO, resolve:

Aprovar, para uso exclusivo de pesagem de pessoas, os modelos P150M, P180M, P200M, P150C, P180C e P200C de instrumento de pesagem não automático, de equilíbrio automático, eletrônico, digital, classe de exatidão III, marca LÍDER, bem como as instruções que devem ser observadas quando da realização das verificações metroológicas.

PROCESSO Nº 2479
113 03
ASSINATURA E CARIMBO

A portaria de aprovação de modelo o documento que comprova que uma balança é CERTIFICADA pelo INMETRO, conforme anexada a portaria da balança por nos ofertada da marca Líder (Marcos Ribeiro e Cia) conforme pode ser verificado no link <http://www.inmetro.gov.br/legislacao/pam/pdf/PAM003223.pdf>

O Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO publicou a Portaria INMETRO nº 157 de 31 de março de 2022 que aprova o Regulamento Técnico Metroológico, que estabelece as condições que deverão ser observadas na fabricação, instalação e utilização de instrumentos de pesagem não automáticos.

O ANEXO I do REGULAMENTO TÉCNICO METROLÓGICO A QUE SE REFERE À PORTARIA INMETRO Nº 157 de 31 de março de 2022 artigo 1º define o objetivo e aplicação da norma:

Objeto e campo de aplicação

Art. 1º Fica aprovado regulamento técnico metroológico que estabelece as condições mínimas, bem como as operações de controle metroológico, para instrumentos de pesagem não automáticos, doravante denominados "instrumentos", fixado no anexo.

§ 1º O disposto neste regulamento se aplica aos instrumentos que forem empregados para:

- a) determinação da massa para transações comerciais;
- b) determinação da massa para o cálculo de pedágio, tarifa, imposto, prêmio, multa, remuneração, subsídio, taxa ou um tipo similar de pagamento;
- c) determinação da massa para aplicação de uma legislação ou de uma regulamentação, ou para execução de perícias;
- d) Determinação da massa na prática de profissionais da área da saúde no que concerne à pesagem de pacientes por razões de controle, de diagnóstico e de tratamento, bem como na determinação da massa no que concerne a pesagem de pessoas interessadas em obter o seu peso em farmácias.
- e) determinação da massa para a fabricação de medicamentos e cosméticos;
- f) determinação da massa quando da realização de análises químicas, clínicas, médicas, de alimentos, farmacêuticas, toxicológicas, ambientais, e outras em que seja necessário garantir a fidedignidade dos resultados, a justeza nas relações comerciais, a proteção do meio ambiente e a saúde e a

segurança do cidadão;

g) determinação da massa de materiais utilizados em atividades industriais e comerciais cujo resultado possa, direta ou indiretamente, influenciar no preço do produto ou do serviço, ou afetar o meio ambiente ou a incolumidade das pessoas.

§ 2º Os requisitos deste regulamento se aplicam a todos os dispositivos incorporados ao instrumento ou fabricados como unidades separadas, tais como: dispositivo medidor de carga, dispositivo indicador, dispositivo impressor, dispositivo de predeterminação de tara, dispositivo calculador de preço entre outros.

Vale destacar de igual modo que a lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999 determina que todos os equipamentos devem estar em conformidade para atendimento à saúde humana:

Art. 1º Todos os bens comercializados no Brasil, insumos, produtos finais e serviços, sujeitos a regulamentação técnica, devem estar em conformidade com os regulamentos técnicos pertinentes em vigor.

Art. 2º O Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Conmetro, órgão colegiado da estrutura do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, criado pela Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, é competente para expedir atos normativos e regulamentos técnicos, nos campos da Metrologia e da Avaliação da Conformidade de produtos, de processos e de serviços.

§ 1º Os regulamentos técnicos deverão dispor sobre características técnicas de insumos, produtos finais e serviços que não constituam objeto da competência de outros órgãos e de outras entidades da Administração Pública Federal, no que se **refere a aspectos relacionados com segurança**, prevenção de práticas enganosas de comércio, **proteção da vida e saúde humana**, animal e vegetal, e com o meio ambiente.

O INMETRO é o órgão responsável pelo estabelecimento de programas de avaliação da conformidade no Brasil. A certificação é obtida através de prévia avaliação da conformidade dos produtos que, em suma, significa que ele é produzido conforme os critérios técnicos específicos, do quais é possível citar os riscos associados ao uso, relativos à saúde, segurança e proteção do meio

B. D. R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

C.N.P.J 52.496.119/0001-09

ambiente.

Os gestores públicos devem ter o comprometimento de garantir a qualidade nas aquisições públicas, conforme o princípio da eficiência. O próprio Tribunal de Contas da União afirma em seu Manual de Licitações e contratos que: "Quem compra mal, compra mais de uma vez e, pior, com dinheiro público".

Comprar produtos de alta qualidade é sinônimo de boa gestão de recursos públicos, pois nem sempre o produto mais econômico é o mais "barato", mas sim o que tem melhor custo-benefício. Se um produto foi incorporado ao patrimônio público de forma duradoura haverá uma real economia que será verificada em médio/longo prazo.

Assim, as balanças importada ou fabricada nacionalmente, só podem ser comercializadas no Brasil após receberem certificação junto ao INMETRO, que tem como objetivo garantir a segurança dos produtos e prevenir riscos durante o uso, de modo que, sua ausência importa em afronta ao órgão regulamentador, vez que a certificação é obrigatória (compulsória) e aos dispositivos do edital, que não permite a aquisição de produtos em desacordo com a legislação em vigor.

Logo, a falha apontada deve ser considerada, sendo ilegal adquirir equipamento que não seja CERTIFICADO E APROVADO PELO INMETRO.

O INMETRO/IPEM ADVERTE CLARAMENTE INCLUSIVE EM SEU

WEBSITE:

PROCESSO Nº 24479
113 26
ASSINATURA E [Assinatura]



...Toda balança utilizada para transações comerciais e humanas, deve obrigatoriamente ser de modelo aprovado pelo INMETRO, e ser verificada periodicamente pelo Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Rio de Janeiro (IPEM-RJ)...

AS 5 PRINCIPAIS EXIGÊNCIAS DO INMETRO PARA UMA BALANÇA

A fabricação de qualquer equipamento de medição obrigatoriamente exige um rigoroso exercício de controle de qualidade, o qual é o responsável por atestar se as ferramentas de medição estão aptas para o uso. Neste contexto, tratando especificamente sobre a aplicação de balanças, é interessante destacarmos as exigências do INMETRO para uma balança.

O Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – Inmetro é o órgão público que regulamenta em nosso país todas as diretrizes acerca da metrologia e afins. Deste modo, cabe a ele determinar quais são as condições mínimas que um equipamento de medição precisa atingir para então ser disponibilizado para a sociedade, como é o caso de uma balança.

O INMETRO é um instituto que tem como um dos objetivos munir e fortalecer as empresas no quesito controle de qualidade de processos, produtos e serviços. Além disso, vale destacarmos que este órgão também realiza um importante papel para o consumidor brasileiro, o qual

encontra respaldo e proteção a partir das diretrizes do INMETRO.

São várias as funções deste instituto, dentre elas cabe enfatizar:

- elaborar e executar as políticas nacionais de metrologia e de qualidade, ambas aplicadas nos produtos comercializados em todo território nacional;
- conservar os padrões das unidades de medida;
- servir como suporte técnico ao Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro);
- amparar as empresas brasileiras no setor de metrologia, fazendo com que elas adotem padrões de produção internacionalmente reconhecidos.

Segue abaixo as 5 exigências do INMETRO para uma balança precisa preencher, segundo o INMETRO, para ser classificada como apta para a utilização.

1. Lacre

O lacre de uma balança é colocado após a colocação de seu selo, ambos pelos fiscais do INMETRO ou do IPEM (Instituto de Pesos e Medidas) dependendo de cada estado, visando assim evitar que sejam alteradas as características metrológicas da balança.

2. Placa de identificação

Toda balança precisa constar em sua estrutura física informações básicas acerca de sua procedência, modo de funcionamento, tipo de classe, fabricante e entre outros.

Segundo o INMETRO, todas estas informações obrigatoriamente precisam constar na placa de identificação, sendo elas expressas da seguinte forma:

- nome do fabricante com endereço completo e CNPJ;
- modelo de registro da balança;
- mês e ano de fabricação da balança;
- faixa de temperatura a qual a balança consegue operar com eficiência;
- número único de série da balança;

PROCESSO Nº 24479
115 - 20
20

B. D. R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

C.N.P.J 52.496.119/0001-09

- o perfil de consumo de energia elétrica (em Watts);
- número e ano da publicação da portaria de aprovação de modelo no INMETRO;
- o valor da carga máxima que a balança suporta pesar;
- o valor da carga mínima que a balança consegue mensurar.

3. Selo do INMETRO exposto

O selo do INMETRO atesta que a balança passou por todos os testes de qualidade do instituto após ser fabricada, ou seja, que ela se encontra em condições satisfatórias para a realização do processo de mensuração.

4. Aprovação de modelo

Há vários tipos de balanças disponíveis no mercado, por esse motivo, cada modelo de balança tem o seu respectivo parâmetro de qualidade a ser avaliado pelo INMETRO, o qual designamos de Avaliação de Modelo.

Nesta avaliação o INMETRO analisa a documentação do equipamento e realiza ensaios em amostras do modelo, buscando assim verificar se as condições metroológicas da balança condizem com o que está especificado em sua ficha técnica.

Sendo assim, precisa constar na estrutura da balança as informações que comprovam a aprovação daquele modelo em questão junto ao INMETRO.

5. Verificação no portal PAM

A Portaria de Aprovação de Modelos de Instrumento de Medição – PAM, é uma base de dados que reúne as portarias de aprovação de modelos. Em outras palavras, é um tipo de registro que arquiva todas as informações acerca da comercialização nacional de instrumentos de medição.

Desta forma, ao ser aprovado pelo INMETRO um modelo de equipamento de medição passa a ter seus dados cadastrados no PAM, contendo assim todas as informações técnicas necessárias para uma averiguação de confiabilidade.

PROCESSO Nº 2429
175-29
A

B. D. R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

C.N.P.J 52.496.119/0001-09

Cabe destacar que a verificação no portal PAM é uma importante ferramenta para atestar as origens de uma balança, isto é, em caso de dúvidas em relação à procedência de determinado equipamento, a consulta neste portal é fundamental para uma verificação segura.

http://www.inmetro.gov.br/legislacao/consulta.asp?seq_classe=2 :

Frisa-se que em fiscalizações, a Autarquia ao constatar a falta de selo de verificação do INMETRO lavrará auto de infração, o qual poderá resultar em multa e apreensão do produto.

E por fim, após questionamentos pela fabricante ao INMETRO relacionados ao PREGÃO ELETRÔNICO 011/2023, Processo 025/2023, no qual o pregoeiro não aceitou os fundamentos do recurso quanto a verificação do INMETRO, que os equipamentos eram isentos, recebemos o seguinte parecer:

24479
PROCESSO Nº 24479
113 39
2023/08/15

B. D. R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

C.N.P.J 52.496.119/0001-09

De: Fale Conosco - IPÊM-MG <faleconosco@ipem.mg.gov.br>
Enviado em: sexta-feira, 19 de maio de 2023 15:15
Para: juridico@liderbalancas.com.br
Assunto: Site do IPÊM-MG - Sua solicitação foi encerrada.

A solicitação de protocolo 20230510229, foi encerrada em 19/05/2023 às 15:15.

Mensagem:

Prezado (a) Cidadão (ã), boa tarde. Mencionamos que os agentes fiscais estiveram presente no local do fato denunciado e foram informados pelo pregoeiro de que os referidos produtos ainda não tinham sido adquiridos, o que ocasionou a impossibilidade de verificar se os equipamentos possuíam ou não aprovação de modelo de acordo com a legislação vigente. Desta forma, foi realizada uma orientação referente a legislação metrológica vigente, a Portaria Inmetro nº 157/2022: "Art. 1º Fica aprovado regulamento técnico metrológico que estabelece as condições mínimas, bem como as operações de controle metrológico, para instrumentos de pesagem não automáticos, doeravante denominados "instrumentos", fixado no anexo. § 1º O disposto neste regulamento se aplica aos instrumentos que forem empregados para: ... d) Determinação da massa na prática de profissionais da área da saúde no que concerne à pesagem de pacientes por razões de controle, de diagnóstico e de tratamento, bem como na determinação da massa no que concerne à pesagem de pessoas interessadas em obter o seu peso em farmácias. § 1.1 Obrigatoriedade de aprovação de modelo § 1.1.1 Sujeito as alíneas seguintes deste subitem, todo instrumento só pode ser colocado no mercado ou utilizado se está conforme a um modelo apresentado por seu fabricante ou seu representante, que tenha sido objeto de uma decisão de aprovação, após ter sido verificado que este modelo satisfaz aos requisitos deste regulamento, pelo INMETRO. a) são dispensados de aprovação de modelo os instrumentos destinados à exportação. b) são dispensados de aprovação de modelo os instrumentos a equilíbrio não automático de que trata o item 5 deste regulamento (balanças de braços iguais e balanças de braços desiguais com uma relação de 1/10; balanças de pesos cursores; balanças de Roberval e Béranger; balanças de plataforma decimal; e balanças de pesos cursores aparentes). c) são dispensados de aprovação de modelo os instrumentos construídos para um emprego especial, isoladamente. d) Os instrumentos em demonstração em exposição, feiras ou salões, que devem ter modelo aprovado, mas não tem essa aprovação, devem trazer de maneira aparente e legível a menção: "Instrumento sujeito à aprovação pelo Estado". Esta disposição aplica-se a publicidade feita sobre estes instrumentos. ... § 7.9 Independente da finalidade de sua utilização posterior nenhum instrumento deve ser comercializado sem ter sido aprovado em verificação inicial. § 7.10 São dispensados da verificação inicial: a) os instrumentos em demonstração que são apresentados ou expostos nas exposições, feiras ou salões; b) os instrumentos destinados à exportação".
Atenciosamente.

Caso reste alguma dúvida, abrir nova solicitação mencionando esse protocolo.

Estamos realizando uma pesquisa com o objetivo de conhecer mais sua visão sobre os serviços prestados por nós em prol do benefício ao cidadão, com garantia de sua satisfação e fidelidade.

Clique no endereço eletrônico abaixo para responder a pesquisa:
Pesquisa de satisfação.

Ainda após questionamentos pela fabricante ao INMETRO relacionados ao PREGÃO ELETRÔNICO 008/2023, de Arroio Grande, no qual o pregoeiro não aceitou os fundamentos do recurso quanto a verificação do INMETRO, que os equipamentos eram isentos, recebemos o seguinte parecer:

PROCESSO Nº 24429
113
31
9

B. D. R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

C.N.P.J 52.496.119/0001-09

Jurídico - Lider Balanças

De: Joel Franceschini <jfranceschini@inmetro.rs.gov.br>
Enviado em: terça-feira, 30 de maio de 2023 10:50
Para: Jurídico - Lider Balanças
Cc: Superintendência do Inmetro, RS
Assunto: Re: Denúncia - Licitação com anuência de aquisição de balanças para saúde sem verificação do INMETRO - Município de Arroio Grande

Prezados, bom dia.

Informo que tomamos conhecimento da situação e enviamos esclarecimentos à Prefeitura de Arroio Grande para que avaliem melhor os requisitos legais aplicáveis às balanças que estão recebendo.

Os instrumentos de pesagem que forem utilizados em estabelecimento de saúde para quaisquer das atividades previstas no Art. 1º da Portaria Inmetro 157/2022 devem atender aos requisitos previsto no RTM anexo à referida Portaria, principalmente quanto à necessidade de Portaria de Aprovação de Modelo (PAM).

A Prefeitura foi comunicada e uma equipe da Surs fará a fiscalização dos instrumentos que estiverem em uso nos postos de saúde do município assim que possível.

Atenciosamente,

Joel Franceschini
Superintendência do Rio Grande do Sul (Surs)
Grupo de Gestão Técnica (Getec)
(51) 3375-1152 | www.gov.br/inmetro

De: "Superintendência do Inmetro, RS" <surs@inmetro.rs.gov.br>
Para: "Joel Franceschini" <jfranceschini@inmetro.rs.gov.br>
Enviadas: Segunda-feira, 29 de maio de 2023 16:40:58
Assunto: Fw: Denúncia - Licitação com anuência de aquisição de balanças para saúde sem verificação do INMETRO - Município de Arroio Grande

De: "Jurídico - Lider Balanças" <juridico@liderbalancas.com.br>
Para: "Superintendência do Inmetro, RS" <surs@inmetro.rs.gov.br>
Enviadas: Segunda-feira, 29 de maio de 2023 16:21:17
Assunto: ENC: Denúncia - Licitação com anuência de aquisição de balanças para saúde sem verificação do INMETRO - Município de Arroio Grande

Prezados, boa tarde.

Servimos da presente para verificação de possíveis irregularidades de aquisição de balanças destinadas à saúde pelo município de Arroio Grande de procedimento licitatório

O referido município abriu procedimento licitatório (Pregão Eletrônico nº 08/2023), cujo objeto era "Seleção das propostas de menor preço unitário para constar do Registro de Preços para uma futura aquisição de material ambulatorial/hospitalar e insumos para as Unidades Básicas de Saúde do Município (zona sul, zona leste e zona norte), unidade de Pronto Atendimento Médico 24h – PAM, Postos de Saúde, Centro de Saúde Municipal e Centro de Atenção Psicossocial (CAPS);

Dentre os itens, destacamos a aquisição de balanças para pesagem de pessoas (conforme descrição do objeto destinadas às Unidades de Saúde)

PROCESSO N° 24479
115
32
A

B. D. R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

C.N.P.J 52.496.119/0001-09

Contudo, foi aceito pelo município equipamentos sem registro ou qualquer verificação por parte do INMETRO/IPEM, contrariando as portarias vigentes.

Foi apresentado recurso administrativo nesse sentido, contudo, o mesmo foi negado provimento.

Assim, encaminhamos à Vossa Senhoria para que tome as medidas cabíveis.

Em anexo encontra-se o edital, o recurso apresentado e a resposta do município alegando que os equipamentos serão aceitos

Aguardamos Vosso Parecer com urgência para que, conforme o caso, ocorra o pedido de suspenso do certame através de medida judicial cabível

Atenciosamente,

Thiago L. Moreira – OAB/SP 324.658
Depto. Jurídico - juridico@liderbalancas.com.br
(18) 2102-5500 – Ramal 5506

LÍDER
Balancas

Líder Balanças
Tel: (18) 2102-5500 Fax: (18) 2102-5506
www.liderbalancas.com.br

E EM ÚLTIMA CONSULTA, RESTOU CLARO QUE SOMENTE EQUIPAMENTO DE USO PESSOAL E EM AMBIENTE DOMÉSTICO ESTÃO ISENTOS DE APROVAÇÃO, SENDO QUE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE NÃO ESTÃO INSERIDOS NESSA CONDIÇÃO

PROFISSIONAL 24479
115 33
A

B. D. R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

C.N.P.J 52.496.119/0001-09

De: dgtec <dgtec@metro.gov.br>
Enviado em: quinta-feira, 28 de setembro de 2023 09:37
Para: juridico@bdtaltec.com.br
Cc: editec; Editec A Junior
Assunto: ENC: Solicitação de esclarecimentos

Prezada,

Com ciência da chefia da Dgtec, encaminhamos resposta em [anexo](#) para conhecimento.

Ficamos à disposição para qualquer esclarecimento adicional.

Atenciosamente,
Flávia Lais/Karen Barros
Diretoria de Metrologia Legal – Dimef
Divisão de Gestão Técnica – Dgtec
(11) 2145-5499/3527 www.inmetro.gov.br

De: Marcelo C. Freitas
Enviado em: quarta-feira, 27 de setembro de 2023 18:28
Para: dgtec
Cc: Editec A Junior
Assunto: RE: Solicitação de esclarecimentos

Prezada,

Seguem as respostas em vermelho no corpo da mensagem.

Atenciosamente,

Marcelo Costello de Freitas, M.Sc.
Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro)
Diretoria de Metrologia Legal do Inmetro (Dimef)
Divisão de Gestão Técnica (Dgtec)
Setor de Medição de Massa (Gemas)
(11) 2079-8136
rc.freitas@inmetro.gov.br
<http://www.inmetro.gov.br>

De: dgtec
Enviado em: quarta-feira, 27 de setembro de 2023 15:36
Para: Marcelo C. Freitas
Cc: Editec A Junior; dgtec
Assunto: ENC: Solicitação de esclarecimentos

Prezado Marcelo,

Por orientação da chefia da Dgtec, encaminhamos para análise e formulação de resposta.

PROCESSO Nº 24479
113 34


B. D. R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

C.N.P.J 52.496.119/0001-09

Atenciosamente,

Flaviane Lala/Karen Santos
Diretoria de Metrologia Legal - Dimel
Divisão de Gestão Técnica - Dgtec
(21) 2145-3499/3527 | www.inmetro.gov.br

De: dimel

Enviada em quarta-feira, 27 de setembro de 2023 10:22

Para: Ednio A Junior; dgtec

Cc: Antonio Laurence Pasquier; Rosivania M Silva

Assunto: Solicitação de esclarecimentos

Prezado Ednio,

À pedido do senhor Diretor da Dimel, Antonio Pasquier, encaminho o e-mail abaixo para conhecimento e providências cabíveis.

Atenciosamente,

Carla A. de Carvalho Flama
Diretoria de Metrologia Legal (Dimel)
(21) 2679-9547 | www.inmetro.gov.br

De: Jurídica - Lateral Balanças (juridica@bdrcomercio.com.br)

Enviada em quarta-feira, 27 de setembro de 2023 09:58

Para: dimel <dimel@inmetro.gov.br>

Cc: dgtec <dgtec@inmetro.gov.br>

Assunto: Solicitação de esclarecimentos

Prezado(a),

Temos depaños em muitos procedimentos licitatórios, a aquisição de balanças não aprovadas pelo INMETRO por órgãos da administração, em especial para utilização de agentes de saúde, em unidades de saúde, cozinhas e colônias, unidades de educação e diversas secretarias, divisões e subdivisões desses órgãos.

Em muitos casos, ao questionar a legalidade da aquisição desses equipamentos, seja através de impugnação ao edital e/ou recursos, em suas decisões, alegam que o INMETRO tem os equipamentos para uso doméstico, para banheiro e para cozinha.

Assim, com a finalidade de um posicionamento mais coerente, solicitamos a presença de nos esclarecer o seguinte questionamento:

- 1) Órgãos da administração pública, seja direta ou indireta, incluindo, mas não limitado aos municípios, fundações, empresas de economia mista, podem adquirir para uso interno em suas dependências e anexos, como por exemplo para a utilização de agentes de saúde equipamentos sem aprovação do INMETRO, em especial os destinados à saúde?

As alíneas d, e e f do §1º da Portaria Inmetro nº 157/2022 determinam que instrumentos de pesagem não autorizados (balanças) com aplicações médicas devem ser submetidos ao controle

PROCESSO Nº 24479
113-35
EQUIPAMENTOS LTDA

B. D. R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

C.N.P.J 52.496.119/0001-09

metrológico legal do Inmetro, que inclui a atividade de aprovação de modelo, ou seja, as balanças devem possuir modelo aprovado pelo Inmetro.

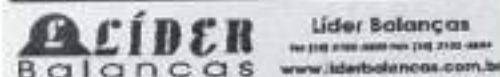
- 2) Balança para uso doméstico e de cozinha não seriam somente as utilizadas em residências? Se abrangido outras opções para essa finalidade, poderiam nos esclarecer em quais situações?

As balanças de uso doméstico são balanças para uso pessoal em residências e não em estabelecimentos de saúde. Essas balanças podem ser isentas de aprovação de modelo desde que estejam sendo utilizadas exclusivamente para uso pessoal. São conhecidas como balanças de cozinha e banheiro.

Agradeco a atenção, e caso a resposta seja de outro setor, favor encaminhar me mantendo em cópia, ou orientar para qual e-mail deve ser enviado esse questionamento.

Atenciosamente,

Thiago L. Moreira – OAB/SP 224.658
Dep. Jurídico - juridico@liderbalancas.com.br
(18) 2102-5500 – Ramal 5506



INMETRO



Este documento pode conter informações confidenciais, cuja divulgação não é autorizada sem a devida autorização. Se você não é o destinatário, não deve divulgar, copiar ou distribuir as informações aqui contidas, nem reproduzi-las, transmiti-las ou torná-las públicas de qualquer forma. Se você não é o destinatário, não deve divulgar, copiar ou distribuir as informações aqui contidas, nem reproduzi-las, transmiti-las ou torná-las públicas de qualquer forma. Se você não é o destinatário, não deve divulgar, copiar ou distribuir as informações aqui contidas, nem reproduzi-las, transmiti-las ou torná-las públicas de qualquer forma.

Disclaimers: este documento contém informações confidenciais. Se você não é o destinatário, não deve divulgar, copiar ou distribuir as informações aqui contidas, nem reproduzi-las, transmiti-las ou torná-las públicas de qualquer forma. Se você não é o destinatário, não deve divulgar, copiar ou distribuir as informações aqui contidas, nem reproduzi-las, transmiti-las ou torná-las públicas de qualquer forma.

Frisamos novamente que, a isenção de registro somente existe para equipamentos cuja finalidade seja uso doméstico, não há qualquer possibilidade de equipamentos adquiridos pela administração serem isentos.

Se há um CNPJ, há uma personalidade jurídica, e por si só retira o caráter pessoal, doméstico e residencial do equipamento, razão pela qual o INMETRO EXCLUI A PERMISSÃO DE ADQUIRIR PRODUTO SEM SUA APROVAÇÃO, a qual frisamos É RESTRITO A USO NO AMBITO RESIDENCIAL (por isso o nome balança de banheiro; para ser usado no banheiro da residência da pessoa física consumidora, isso para simples verificação de seu peso, sendo que qualquer erro de pesagem não impactará o usuário, que diferentemente na pesagem de órgãos públicos, podem resultar em dosagem errada de procedimento e até mesmo de medicação.

DEVERIA, PORTANTO, SER DESCLASSIFICADA DO CERTAME POR INFRINGIR A LEGISTACÃO.

Houve violação flagrante do princípio de vinculação ao instrumento

PROFISSIONAL 248
112 36
[Handwritten signature]

convocatório e da isonomia entre os licitantes.

A Lei de Licitações versa que a proposta que desviar do pedido do edital deverá ser desclassificada de acordo com inciso X do artigo 4 da Lei 10520/2002 e § 2 do artigo 22 do Decreto 5450/2005 (modalidade pregão), que regram respectivamente:

DO PEDIDO DE DILIGÊNCIA A FIM DE COMPROVAR INCONSISTÊNCIAS NA PROPOSTA DA RECORRIDA

Diante dos argumentos acima apontados, e a fim de auxiliar na comprovação necessária para o deferimento dos argumentos pelo julgador, faz-se necessário a elaboração de diligência com intuito de demonstrar que o produto ofertado não atende aos requisitos de certificação do INMETRO estando em desacordo com o edital.

Assim cabe ao pregoeiro diligenciar a fim de verificar a compatibilidade do produto ao edital podendo inclusive abrir procedimento de diligencias conforme previsto em edital e inclusive solicitar esclarecimentos junto aos fabricantes/revendedores, pesquisas na internet nos sites disponíveis e tudo mais que julgar necessário afim de comprovar as alegações aqui expostas, mas jamais aceitar produto em desacordo com edital.

OBRIGATORIEDADE DE DESCLASSIFICAÇÃO DA RECORRIDA - DA APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E DA ISONOMIA PARA DESCLASSIFICAR A RECORRIDA

Ao declarar vencedora a recorrida, a Administração o fez atentando contra as normas editalicias

Em casos análogos a este, onde há irregularidade e principalmente o desrespeito às determinações do edital, a jurisprudência é uníssona em reconhecer a OBRIGATORIEDADE em seguir os estritos mandamentos editalícios, sob pena de incorrer em ilegalidade, veja-se:

ADMINISTRATIVO. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. PREGÃO. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL. REQUISITO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA NÃO CUMPRIDO. DOCUMENTAÇÃO

24479
37
175
PROLISGON
17/05/2021

B. D. R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

C.N.P.J 52.496.119/0001-09

APRESENTADA DIFERENTE DA EXIGIDA. O Tribunal de origem entendeu de forma escoreita pela ausência de cumprimento do requisito editalício. Sabe-se que o procedimento licitatório é resguardado pelo princípio da vinculação ao edital; esta exigência é expressa no art. 41 da Lei n. 8.666/93. Tal artigo veda à Administração o descumprimento das normas contidas no edital. Sendo assim, se o edital prevê, conforme explicitado no acórdão recorrido (fl. 264), "a cópia autenticada da publicação no Diário Oficial da União do registro do alimento emitido pela Anvisa", este deve ser o documento apresentado para que o concorrente supra o requisito relativo à qualificação técnica. Seguindo tal raciocínio, se a empresa apresenta outra documentação - protocolo de pedido de renovação de registro - que não a requerida, não supre a exigência do edital. Aceitar documentação para suprir determinado requisito, que não foi a solicitada, é privilegiar um concorrente em detrimento de outros, o que feriria o princípio da igualdade entre os licitantes.

E mais:

RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCORRÊNCIA PÚBLICA. PROPOSTA FINANCEIRA SEM ASSINATURA. DESCLASSIFICAÇÃO. PRINCÍPIOS DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E DO JULGAMENTO OBJETIVO. 1. Se o licitante apresenta sua proposta financeira sem assinatura ou rubrica, resta caracterizada, pela apócrifa, a inexistência do documento. 2. Impõe-se, pelos princípios da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, a desclassificação do licitante que não observou exigência prescrita no edital de concorrência. 3. A observância ao princípio constitucional da preponderância da proposta mais vantajosa para o Poder Público se dá mediante o cotejo das propostas válidas apresentadas pelos concorrentes, não havendo como incluir na avaliação a oferta eivada de nulidade. 4. É imprescindível a assinatura ou rubrica do licitante na sua proposta financeira, sob pena de a Administração não poder exigir-lhe o cumprimento da obrigação a que se sujeitou. 5. Negado provimento ao recurso.

A licitação é o procedimento administrativo no qual a Administração Pública

B. D. R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

C.N.P.J 52.496.119/0001-09

seleciona a proposta mais vantajosa para o contrato de interesse público, desenvolvendo-se através de sucessões ordenadas de atos vinculantes para a Administração e para os licitantes, propiciando igualdade de tratamento e oportunidade a todos os interessados como fator de eficiência e moralidade dos negócios administrativos.

Para tanto, necessária formalização dos diversos procedimentos instituidores do processo de licitação à busca da contratação mais vantajosa aos cofres públicos, espelhados sempre no menor preço ofertado em relação direta ao objeto comum a ser licitado e, posteriormente, contratado pela Administração Pública, sempre na mais pura e irrestrita vinculação desde procedimento às normas contidas no Edital.

segundo o ensinamento de Meirelles:

“Vinculação ao edital: a vinculação ao edital é princípio básico de toda licitação. Nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital a forma e o modo de participação dos licitantes e no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento se afastasse do estabelecido, ou admitisse documentação e proposta em desacordo com o solicitado. O edital é a lei interna da licitação, e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu (art. 41).” (MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2000, p. 256-257)

O princípio da vinculação ao ato convocatório dirige-se tanto à Administração, como aos licitantes, posto que estes não podem deixar de atender aos requisitos do instrumento convocatório. Nessa mesma toada, ainda segundo a administrativista Maria Sylvia Zanella Di Pietro “se os licitantes classificados deixarem de apresentar a documentação exigida ou apresentá-las em desacordo com exigido no edital, estas imperiosamente deverão ser inabilitadas e desclassificadas

A previsão legal acima é crucial para a interpretação e aplicação dos preceitos regentes da licitação. As soluções para os casos enfrentados pela Administração Pública devem ser compatíveis com os princípios jurídicos ali expressos, sendo imperiosa a invalidação das decisões que lhes contrariarem. Caso não haja a observância aos ditames desses relevantes preceitos, a validade do processo fica comprometida, tornando imperiosa sua desconstituição.

PROCURADOR Nº 24479
FLS. 39
ASSINATURA E SELLO

B. D. R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

C.N.P.J 52.496.119/0001-09

Não é outra a lição de Celso Antônio Bandeira de Mello:

“Violar um princípio é muito mais grave que transgredir uma norma qualquer. A desatenção ao Princípio implica em ofensa não apenas a um específico mandamento obrigatório, mas a todo sistema de comandos. É a mais grave forma de ilegalidade ou inconstitucionalidade, conforme o escalão do princípio atingido, porque representa insurgência a todo sistema, subversão de seus valores fundamentais, contumélia irreversível a seu arcabouço lógico e corrosão de sua estrutura mestra.”

Nessa perspectiva, José dos Santos Carvalho Filho afirma que o legislador pátrio, ao instituir o procedimento licitatório, inspirou-se, fundamentalmente, na moralidade administrativa e na igualdade de oportunidades àqueles interessados em contratar:

“Erigida atualmente à categoria de princípio constitucional pelo art. 37, caput, da CF, a moralidade administrativa deve guiar toda a conduta dos administradores. A estes incumbe agir com lealdade e boa-fé no trato com os particulares, procedendo com sinceridade e descartando qualquer conduta astuciosa ou eivada de malícia. A licitação veio prevenir inúmeras condutas de improbidade por parte do administrador, algumas vezes curvados a acenos ilegítimos por parte dos particulares, outras levadas por sua própria deslealdade para com a Administração e a coletividade que representa. Daí a vedação que se lhe impõe, de optar por determinado particular. Nesse ponto a moralidade administrativa se toca com o próprio princípio da impessoalidade, também insculpido no art. 37, caput, da Constituição, porque, quando o administrador não favorece este ou aquele interessado, está, ipso facto, dispensando tratamento impessoal a todos.

Outro fundamento da licitação foi a necessidade de proporcionar igualdade de oportunidades a todos quantos se interessam em contratar com a Administração, fornecendo seus serviços e bens (o que é mais comum), ou àqueles que desejam apresentar projetos de natureza técnica, científica ou artística. A se permitir a livre escolha de determinados fornecedores pelo administrador, estariam alijados todos os demais, o que seria de lamentar, tendo em vista que, em numerosas ocasiões, poderiam eles apresentar à Administração melhores condições de contratação.

CUMPRE, ASSIM, PERMITIR A COMPETITIVIDADE ENTRE OS

24479
40
A

INTERESSADOS, ESSENCIAL AO PRÓPRIO INSTITUTO DA LICITAÇÃO”.

Não é outro o entendimento da jurisprudência:

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. RECURSO ADMINISTRATIVO. REJEIÇÃO PELO PREGOEIRO. NÃO CONCESSÃO DE PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS RAZÕES DO RECURSO. ART. 4º, XVII, DA LEI Nº 10.520/02. PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO, DA AMPLA DEFESA E DO DEVIDO PROCESSO LEGAL ADMINISTRATIVO. NULIDADE DO ATO. No caso dos autos, a empresa autora externou imediata e motivadamente a sua intenção de manejar o recurso no processo licitatório, afirmando que a licitante vencedora descumpriu as regras do edital. No entanto, a pregoeira rejeitou a intenção de recurso, sob o fundamento de que a licitante vencedora afirmou atender todas as exigências do edital. Evidenciada a intenção de recorrer, a ré deveria ter concedido o prazo legal de 03 (três) dias para complementação das razões do recurso, a fim de assegurar o direito à ampla defesa, ao contraditório e ao devido processo legal administrativo à demandante. Tendo em vista que o prazo para apresentação das razões recursais de 03 (três) dias não foi concedido, violando princípios constitucionais, impõe-se o reconhecimento da nulidade do ato administrativo que rejeitou a intenção de recorrer da empresa autora. APELREEX 00002150720104058000, Desembargador Federal José Maria Lucena, TRF5 - Primeira Turma, DJE - Data:12/09/2013 - Página:144.)

É fato que quando a Administração estabelece no edital as condições para participar da licitação e as cláusulas essenciais do futuro contrato, passando os interessados a apresentação de suas respectivas propostas com base nos elementos específicos do edital.

Nesse diapasão, José Afonso da Silva assevera que “se for aceita proposta ou celebrado contrato com desrespeito às condições previamente estabelecidas no edital, burlados estarão os princípios da licitação, em especial o da igualdade entre licitantes, pois aquele que se prendeu aos termos e condições do edital poderá ser prejudicado pela melhor proposta apresentada por outros que o desrespeitou”.

PROCESSO Nº 24479
47
A

Ora, o texto legal não comporta interpretação extensiva. O cumprimento das cláusulas do edital obriga a Administração a desclassificar a empresa recorrida. Desta forma, é à medida que se impõe.

DA PROIBIÇÃO DE CONDUTAS CONTRADITÓRIAS

No Direito Administrativo existe a proibição dos comportamentos contraditórios, também conhecido como *venire contra factum proprium*, que é um princípio cada vez mais enraizado em nosso ordenamento jurídico e, atualmente, tem uma aplicação quase que pacífica nos tribunais, notadamente ao se considerar a sua relação com o princípio da boa-fé objetiva e da segurança jurídica.

Por meio deste princípio é vedado que uma parte adote um comportamento diverso daquele adotado anteriormente, em verdadeira surpresa à outra parte, sendo evidente que se busca proteger com este princípio a confiança e lealdade das relações jurídicas. Espera-se da Administração Pública a adoção de condutas razoáveis. Com efeito, posturas ilógicas, contraditórias e surpreendentes, ao maltratarem o estado psicológico dos expectadores, representam violação ao princípio da segurança jurídica e da boa-fé objetiva.

O Superior Tribunal de Justiça também veda a adoção de posturas contraditórias pela Administração, o que representa violação não somente ao princípio da razoabilidade, mas também aos princípios da segurança jurídica e da boa-fé objetiva no corolário que proíbe comportamentos contraditórios (*venire contra factum proprium*). Veja-se:

“(…) O direito moderno não compactua com o *venire contra factum proprium*, que se traduz como o exercício de uma posição jurídica em contradição com o comportamento assumido anteriormente (MENEZES CORDEIRO, Da Boa-fé no Direito Civil, II/742). Havendo real contradição entre dois comportamentos, significando o segundo quebra injustificada da confiança gerada pela prática do primeiro, em prejuízo da contraparte, não é admissível dar eficácia à conduta posterior.” (STJ, RESP nº 95539-SP, Relator Ministro Ruy Rosado de Aguiar, 4ª Turma, julgado em 03/09/1996, publicado no DJ em 14/10/1996)

Os princípios da segurança jurídica e da boa-fé objetiva, bem como a vedação ao comportamento contraditório (*venire contra factum proprium*), impedem que a

B. D. R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

C.N.P.J 52.496.119/0001-09

Administração, após praticar atos em determinado sentido, que criaram uma aparência de estabilidade das relações jurídicas, venha adotar atos na direção contrária, com a vulneração de direito que, em razão da anterior conduta administrativa e do longo período de tempo transcorrido, já se acreditava incorporado ao patrimônio dos administrados. (STJ - RMS 20572/DF – Relatora Ministra LAURITA VAZ – Quinta Turma - DJe 15/12/2009)

Durante a sessão pública a Administração utilizou posturas divergentes, pois aceitou produto em divergência com a legislação aplicável. Por este motivo todos os atos ocorridos após esta ilegalidade devem ser anulados.

DA OBRIGAÇÃO DA DOUTA ADMINISTRAÇÃO DESCLASSIFICAR A PROPOSTA QUE NÃO ATENDE AO EDITAL

Sabe-se que é obrigação do pregoeiro ficar atento e desclassificar propostas que não atendem ao edital; o pregoeiro é parte essencial e não pode ser esquivar de cumprir a lei

Ainda o DECRETO Nº 10.024, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019 que estabelece:

Conformidade das propostas

Art. 28. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

Parágrafo único. A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes.

Este princípio tem por objetivo que a Administração bem como os licitantes não se afaste dos ditames fixados no ato convocatório.

Observe o que ressalta o mestre Hely Lopes Meirelles: "A proposta que se desviar do pedido ou for omissa em pontos essenciais é inaceitável, sujeitando-se à desclassificação" (in Licitação e contrato administrativo, 14º ed. 2007, p. 157)

PROCESSO Nº 24470
119
LICITATION & CONTRACT

B. D. R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

C.N.P.J 52.496.119/0001-09

Novamente, com sapiência, Hely Lopes Meirelles ensina:

"A vinculação ao edital significa que a Administração e os licitantes ficam sempre adstritos aos termos do pedido ou do permitido no instrumento convocatório da licitação, quer quanto ao procedimento, quer quanto à documentação, às propostas, ao julgamento e ao contrato. Em outras palavras, estabelecidas as regras do certame, tornam-se obrigatórias para aquela licitação durante todo o procedimento e para todos os seus participantes, inclusive para o órgão ou entidade licitadora." (in Licitação e contrato administrativo, 14ª ed. 2007, p. 39)

Este princípio tem por objetivo que a Administração bem como os licitantes não se afaste dos ditames fixados no ato convocatório.

Assim segue decisão do TCU em que aplica multa aos gestores posto que contratou e aceitou produto inferior ao estabelecido em edital:

GRUPO I – CLASSE VI – 1ª CÂMARA

TC 011.790/2014-8

Natureza: Representação

Órgão/Entidade: Serviço Social do Transporte - Conselho Nacional

Responsáveis: Jamile de Sales Branco Antunes (996.332.561-00); Luciana Malamin Correia (015.913.039-58)

Advogados constituídos nos autos: Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (OAB/DF 6.546); Jaques Fernando Reolon (OAB/DF 22.885); Mariah Alves C. dos Santos (OAB/DF 37.213); Gustavo Valadares (OAB/DF 18.669); Alcía da Rocha Silva (OAB/DF 11.784); e outros (peças 4, 43; e 44).

SUMÁRIO: REPRESENTAÇÃO. CONTRATAÇÃO DE PRODUÇÃO DE VÍDEO EM RESOLUÇÃO ULTRA HD 4K. AUSÊNCIA DE JUSTIFICATIVAS ADEQUADAS PARA A ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO EM 4K. POSTERIOR ACEITAÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS EM FORMATO FULL HD, CONTRARIANDO O DISPOSTO NO EDITAL. AUDIÊNCIA. REJEIÇÃO DAS JUSTIFICATIVAS. MULTA.

Importa transcrever o seguinte julgado do Superior Tribunal de Justiça:

ADMINISTRATIVO. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCORRÊNCIA DO TIPO MENOR PREÇO. ATENDIMENTO ÀS REGRAS PREVISTAS NO EDITAL. PRODUTO COM

QUALIDADE SUPERIOR À MÍNIMA EXIGIDA.

1. Tratando-se de concorrência do tipo menor preço, não fere os princípios da isonomia e da vinculação ao edital a oferta de produto que possua qualidade superior à mínima exigida, desde que o gênero do bem licitado permaneça inalterado e seja atendido o requisito do menor preço.

2. **Recurso ordinário não-provido**
(STJ MS 15817 RS 2003/0001511-4, 2ª T., rel. Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, DJ de 03.10.2005 p. 156)

Em recente manifestação o Tribunal de Contas da União decidiu:

É admissível a flexibilização de critério de julgamento da proposta, na hipótese em que o produto ofertado apresentar qualidade superior à especificada no edital, não tiver havido prejuízo para a competitividade do obtido revelar-se vantajoso para a administração

Representação formulada por empresa noticiou supostas irregularidades no Pregão Eletrônico 21/2011, conduzido pelo Centro de Obtenção da Marinha no Rio de Janeiro – COMRJ, cujo objeto é o registro de preços para fornecimento de macacão operativo de combate para a recomposição do estoque do Depósito de Fardamento da Marinha no Rio de Janeiro. A unidade técnica propôs a anulação do certame fundamentalmente em razão de a proposta vencedora ter cotado uniformes com gramatura superior à da faixa de variação especificada no edital (edital: 175 a 190 g/m²; tecido ofertado na proposta vencedora: 203 g/m²), o que deveria ter ensejado sua desclassificação. O relator, contudo, observou que o tecido ofertado “é mais ‘grosso’ ou mais resistente que o previsto no edital” e que o COMRJ havia reconhecido que o produto ofertado é de qualidade superior à prevista no edital. A esse respeito, anotou que a Marinha do Brasil está habilitada a “emitir opinião técnica sobre a qualidade do tecido”. Levou em conta, ainda, a manifestação do Departamento Técnico da Diretoria de Abastecimento da Marinha, no sentido de que o produto atenderia “à finalidade a qual se destina, tanto no que se refere ao desempenho, quanto à durabilidade”. Noticiou ainda que a norma técnica que trata desse quesito foi posteriormente alterada para admitir a gramatura 203 g/m² para os tecidos desses uniformes. Concluiu, então, não ter havido afronta ao interesse público nem aos princípios

24479
45
A

B. D. R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

C.N.P.J 52.496.119/0001-09

licitatórios, visto que o procedimento adotado pela administração ensejará a aquisição de produto de qualidade superior ao desejado pela administração contratante, por preço significativamente inferior ao contido na proposta da segunda classificada. Ressaltou também a satisfatória competitividade do certame, do qual participaram 17 empresas. E arrematou: "considero improvável que a repetição do certame com a infima modificação do edital (...) possa trazer mais concorrentes e gerar um resultado mais vantajoso ...". O Tribunal, então, ao acolher proposta do relator, decidiu julgar parcialmente procedente a representação, "em face da verificação de apenas de falhas formais na condução do Pregão Eletrônico 21/2011, que não justificam a sua anulação". Acórdão 394/2013-Plenário, TC 044.822/2012-0, relator Ministro Raimundo Carreiro, 6.3.2013.

OCORRE QUE O PRODUTOS OFERTADO E ACEITO É INFERIOR AO EXIGIDO PELO EDITAL, PORTANTO TAL ACEITAÇÃO IMPLICARIA EM PREJUIZOS AO ERARIO E FERE O PRINCIPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL, LEGALIDADE, IGUALDADE, ATÉ PORQUE VARIAS EMPRESAS PODERIAM TER DO PREGAO PARTICIPADO E OFERTADO ENTAO O PRODUTO DE QUALIDADE INFERIOR AO EXIGIDO NO EDITAL E QUE POSSUI PRECO MAIS ACESSIVEL, DANDO MAIS MARGEM NA COMPETIÇÃO/DISPUTA.

A LEI É CLARA O ACEITE DE PRODUTO DIVERSO DO EDITAL SOMENTE PODE OCORRER SE COMPROVADO QUE O MESMO É SUPERIOR AO EXIGIDO EM EDITAL. ASSIM PERGUNTAMOS:

EQUIPAMENTO SEM AS CARACTERISTICAS IMPOSTAS É DE MELHOR QUALIDADE? SE SIM, POR QUAL MOTIVO?

EQUIPAMENTO SEM REGISTRO NO INMETRO POSSUI OS REQUISITOS IMPOSTOS PELA LEGISLAÇÃO?

SE ESSAS BALANÇAS DE QUALIDADE INFERIOR SÃO ACEITAVEIS ENTÃO O EDITAL DEVE SER REFORMULADO A PERMITIR A AMPLA PARTICIPALÇÃO DE CONCORRENTES QUE PODEM ATENDER AS CARACTERISTICAS EXIGIDAS NO NOVO

PROFESSOR 2447
FLS. 46
ASSINATURA

B. D. R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

C.N.P.J 52.496.119/0001-09

EDITAL, MAS ALTERAR AS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO/ITEM APÓS A FASE DE LANCES/DISPUTA PARA ACEITAR PRODUTO DE CARACTERÍSTICAS INFERIOR É UMA ILEGALIDADE SUJEITA A MULTA DO TCU CONFORME JULGADOS APRESENTADOS NESTE RECURSO.

A licitação é "o procedimento administrativo vinculado por meio do qual os entes da Administração Pública e aqueles por ela controlados selecionam a melhor proposta entre as oferecidas pelos vários interessados, com dois objetivos – a celebração de contrato, ou a obtenção do melhor trabalho técnico, artístico ou científico" (CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**, 26ª ed. São Paulo: Atlas, 2013, p. 236.).

Para desenvolver tal mister, é necessária a observância de diversos princípios, um deles do da vinculação ao instrumento convocatório.

Pois bem. O princípio da vinculação ao instrumento vinculatório aduz que, uma vez nele estabelecidas as regras do certame, elas devem ser cumpridas, em seus exatos termos.

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório possui extrema relevância, na medida em que vincula não só a Administração, como também os administrados às regras nele estipuladas.

Dessa feita, em se tratando de regras constantes de instrumento convocatório, deve haver vinculação a elas.

Trata-se, na verdade, de princípio inerente a toda licitação e que evita não só futuros descumprimentos das normas do edital, mas também o descumprimento de diversos outros princípios atinentes ao certame, tais como o da transparência, da igualdade, da impessoalidade, da publicidade, da moralidade, da probidade administrativa e do julgamento objetivo.

Nesse sentido, vale citar a lição de Maria Sylvia Zanella Di Pietro (PIETRO, Maria Sylvia Zanella Di. **Direito Administrativo**, 13. Ed. São Paulo: Atlas, 2001, p. 299.)

Trata-se de princípio essencial cuja inobservância enseja nulidade do procedimento. Além de mencionado no art. 3º da Lei n 8.666/93, ainda tem seu

B. D. R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

C.N.P.J 52.496.119/0001-09

sentido explicitado, segundo o qual "a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada". E o artigo 43, inciso V, ainda exige que o julgamento e classificação das propostas se façam de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital. O princípio dirige-se tanto à Administração, como se verifica pelos artigos citados, como aos licitantes, pois estes não podem deixar de atender aos requisitos do instrumento convocatório (edital ou carta-convite); se deixarem de apresentar a documentação exigida, serão considerados inabilitados e receberão de volta, fechado, o envelope-proposta (art. 43, inciso II); se deixarem de atender as exigências concernentes a proposta, serão desclassificados (artigo 48, inciso I).

Quando a Administração estabelece, no edital ou na carta-convite, as condições para participar da licitação e as cláusulas essenciais do futuro contrato, os interessados apresentarão suas propostas com base nesses elementos; ora, se for aceita proposta ou celebrado contrato com desrespeito às condições previamente estabelecidas, burlados estarão os princípios da licitação, em especial o da igualdade entre os licitantes, pois aquele que se prendeu aos termos do edital poderá ser prejudicado pela melhor proposta apresentada por outro licitante que os desrespeitou.

Também estariam descumpridos os princípios da publicidade, da livre competição e do julgamento objetivo com base em critérios fixados no edital.

No mesmo sentido é a lição de José dos Santos Carvalho Filho (CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 26ª ed. São Paulo: Atlas, 2013, p. 246.)

A vinculação ao instrumento convocatório é garantia do administrador e dos administrados. Significa que as regras traçadas para o procedimento devem ser fielmente observadas por todos. Se a regra fixada não é respeitada, o procedimento se torna inválido e suscetível de correção na via administrativa ou judicial.

O princípio da vinculação tem extrema importância. Por ele, evita-se a alteração de critérios de julgamento, além de dar a certeza aos interessados do que pretende a Administração. E se evita, finalmente, qualquer brecha que provoque violação à moralidade administrativa, à impessoalidade e à probidade administrativa.

2447
68
115

B. D. R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

C.N.P.J 52.496.119/0001-09

Se o instrumento de convocação, normalmente o edital tiver falha, pode ser corrigido, desde que oportunamente, mas os licitantes deverão ter conhecimento da alteração e a possibilidade de se amoldarem a ela.

Vedado à Administração e aos licitantes é o descumprimento das regras de convocação, deixando de considerar o que nele se exige, como, por exemplo, a dispensa de documento ou a fixação de preço fora dos limites estabelecidos. Em tais hipóteses, deve dar-se a desclassificação do licitante, como, de resto, impõe o art. 48, I, do Estatuto.

Como se vê, o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, ao mesmo tempo em que privilegia a transparência do certame, garantindo a plena observância dos princípios da igualdade, impessoalidade, publicidade, moralidade e probidade administrativa, preceitua que o julgamento das propostas seja o mais objetivo possível, nos exatos termos das regras previamente estipuladas. Isso sem contar a necessidade de perpetuação de tal vinculação durante toda a execução do contrato.

Como bem destaca Fernanda Marinela (MARINELA DE SOUSA SANTOS, Fernanda. **Direito Administrativo**. Salvador: Juspodivm, 2006, p. 264.), o princípio da vinculação ao instrumento convocatório leva à assertiva de que o edital é a lei interna da licitação:

Como princípio específico da licitação, tem-se a vinculação ao instrumento convocatório. O instrumento, em regra, é o edital que deve definir tudo que é importante para o certame, não podendo o Administrador exigir nem mais nem menos do que está previsto nele. Por essa razão, é que a doutrina diz que o edital é lei interna da licitação, ficando a ele estritamente vinculada, conforme previsto no art. 41 da lei. [grifos acrescidos]

No mesmo sentido, ensinam Marcelo Alexandrino e Vicente Paulo (ALEXANDRINO, Marcelo, e VICENTE, Paulo. **Direito Administrativo**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2007, p. 410):

A vinculação da Administração aos estritos termos do edital de convocação da licitação é exigência expressa do art. 41 da Lei nº 8.666/1993. Esse artigo veda a

PROCESSO Nº 2479
115
49
A

B. D. R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

C.N.P.J 52.496.119/0001-09

Administração o descumprimento das normas e condições do edital, "ao qual se acha estritamente vinculada".

Logo em seguida, a Lei assegura a qualquer cidadão o direito de impugnar o edital de licitação por motivo de ilegalidade.

Segundo Hely Lopes Meirelles, o edital "é lei interna da licitação" e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu. [grifos acrescidos]

Demais disso, as Orientações e Jurisprudência do Tribunal de Contas da União sobre Licitações e Contratos são bastante elucidativas no que se refere à necessidade de vinculação não só do certame, mas também do próprio contrato e de sua execução ao instrumento convocatório:

Abstenha-se de aceitar propostas de bens com características diferentes das especificadas em edital, em respeito ao princípio de vinculação ao instrumento convocatório, consoante o art. 3º da Lei nº 8.666/1993.

Acórdão 932/2008 Plenário

Faça constar dos termos de contratos cláusula que estabeleça sua vinculação ao edital de licitação, conforme o art. 55, XI, da Lei nº 8.666/1993.

Acórdão 2387/2007 Plenário

Observe a obrigatoriedade de vinculação entre o edital e o contrato prevista no art. 41 da Lei nº 8.666/1993.

Acórdão 286/2002 Plenário

Abstenha-se de modificar, mediante tratativas com as empresas participantes do certame, a natureza e as características do objeto licitado, em atendimento ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, estabelecido no art. 3º da Lei nº 8.666/1993.

Acórdão 3894/2009 Primeira Câmara

[grifos acrescidos]

Por derradeiro, importante salientar que, em se tratando de norma constante de Edital, deve haver vinculação ao instrumento convocatório, sob pena de afronta ao próprio princípio da segurança jurídica. Do contrário, seriam permitidas inúmeras alterações dos critérios de julgamento e da própria execução de seu objeto, perpetuando-se total insegurança de seus termos.

PROPOSTA Nº 24479
50
AF



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Araruama
Divisão de Protocolo

FOLHA DE ENCAMINHAMENTO DE PROCESSO

Nº do Processo: 24479

Número de Folhas 31

A/AO Comli

Encaminhamos para apreciação e/ou providências.

Araruama 30/10 /2025.


Assinatura do Funcionário



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUAMA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo Nº 24479/2025

Ass.:  Fis. 

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO 050/2025 – PROCESSO ADMINISTRATIVO 9097/2025

À SEDUC,

Considerando o teor do recurso administrativo interposto pela empresa **B.D.R. COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA**, bem como das contrarrazões ofertadas pela empresa **VILLA GARDEN COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, ambas referentes aos itens 09 e 10 do Pregão Eletrônico nº 050/2025, cujo objeto versa sobre a aquisição de utensílios de cozinha destinados às unidades escolares da rede municipal;


Considerando que as alegações deduzidas possuem natureza eminentemente técnica, relacionadas à especificação dos materiais licitados, características de fabricação (como composição da plataforma das balanças — vidro, ferro ou aço galvanizado) e certificação INMETRO dos equipamentos ofertados;





Considerando, ainda, a necessidade de subsidiar a análise conclusiva desta Comissão Permanente de Licitação quanto à procedência ou improcedência das razões recursais, em observância ao princípio do julgamento objetivo (art. 5º, IV, da Lei nº 14.133/2021);

Solicita-se a esta Secretaria Municipal de Educação, na qualidade de órgão demandante, que emita parecer técnico circunstanciado acerca dos argumentos e documentos apresentados pelas empresas, manifestando-se quanto:

1. À aderência técnica dos produtos ofertados pelas licitantes às especificações constantes do Termo de Referência e do Edital;
2. À conformidade das balanças (itens 09 e 10) com as exigências quanto ao material de fabricação e à certificação INMETRO;
3. À eventual pertinência das alegações da Recorrente (B.D.R.) e das justificativas apresentadas pela Recorrida (Villa Garden); 



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUAMA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo Nº 24479/2025

Ass.:  Fls. 54


4. A outros aspectos técnicos relevantes que possam contribuir para a decisão administrativa.

Ressalte-se que a presente solicitação tem caráter meramente instrutivo, não tendo o condão de transferir a esta Pasta a responsabilidade pelo julgamento do recurso, cabendo-lhe tão somente fornecer elementos técnicos que subsidiem a formação do juízo da autoridade competente, conforme preceitua o art. 71 da Lei nº 14.133/2021.

Após manifestação técnica, retornem os autos para prosseguimento da análise do recurso por esta Comissão.

Nada mais tendo a tratar, despedimo-nos reiterando protestos da mais elevada estima e distinta consideração.

Araruama, 04 de novembro de 2025.


CAIO BENITES RANGEL
AGENTE DE CONTRATAÇÃO



Proc.24.479/2025

Fls.55

RESPOSTA AOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

PROCESSO: Nº 9.097/2025

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 050/2025

RECORRENTE: Recurso Administrativo interposto pela empresa **B.D.R COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA.**

RECORRIDA: Contrarrazões interposta pela empresa **VILLA GARDEN COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.**

OBJETO: Aquisição de utensílios de cozinha para atender as necessidades das unidades escolares da rede municipal de ensino e órgãos da SEDUC.

DAS PRELIMINARES

Resposta a RECURSO interposto pela empresa **B.D.R COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA.**, inscrita sob o CNPJ n.º 52.496.119/0001-09 a Comissão Permanente de Licitações, em face da decisão que a HABILITOU e declarou vencedora no presente certame a empresa **VILLA GARDEN COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.** inscrita no CNPJ sob o n.º 42.829.466/0001-44.

DA TEMPESTIVIDADE DOS RECURSOS

O recurso administrativo foi protocolado pela empresa tempestivamente obedecendo a premissa do item 14.2 do referido instrumento convocatório. Razão pela qual deve o presente ser apreciado, uma vez que restaram cumpridas as exigências de prazo, conforme item supracitado.



As contrarrazões foram interpostas tempestivamente em consonância com o item 14.8 do Edital e, assim, serão igualmente analisadas.

Prefeitura Municipal de Araruama
Secretaria Municipal de Educação
Proc. 24.479 Ano: 25
Fls. 56 Servidor Bo

DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE

Em apertada síntese trataremos das alegações da recorrente que contesta a decisão da Comissão Permanente de Licitação em classificar para o item 09 as empresas MHT DISTRIBUIDORA E SERVICOS LTDA, VILLA GARDEN COMERCIO E SERVICOS LTDA, MBM SERVICOS E SOLUCOES LTDA, MJ COMERCIO E SERVICOS LTDA, MDX CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA, SUPRILAGOS COMERCIO E SERVICOS, REAL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS E SERVICOS LTDA, JSR PRODUTOS E SERVICOS LTDA e ML DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS E SERVICOS LTDA, para o item 10 as empresas VILLA GARDEN COMERCIO E SERVICOS LTDA, REAL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS E SERVICOS LTDA, MBM SERVICOS E SOLUCOES LTDA e MDX CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA.

Em suas alegações a recorrente trás questionamentos sobre as especificações dos itens 9, 10 e suas especificações técnicas, entendemos que dado os apontamentos trata-se de uma análise perfunctória em relação as propostas apresentadas pelas empresas elencadas em epígrafe, pois relata apenas de modo genérico que:

“No item 10, as recorridas ofertaram equipamentos das marcas MEGA, HANABI, WINCY e MONDIAL, e nenhuma dessas atende ao edital.

As marcas MEGA e HANABI não possuem plataforma de aço, é em ferro e não possui revestimento antiderrapante.”



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUAMA

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

SUPERINTENDENCIA DE PLANEJAMENTO

Prefeitura Municipal de Araruama
Secretaria Municipal de Educação
Nº 24 479 Ano: 25
Fls. 57 Servidor:

ARARUAMA
PREFEITURA MUNICIPAL

Não trazendo nada de novo visto que as especificações solicitadas pela Secretaria Municipal de Educação são claras e objetivas, principalmente no que tange à certificação dos itens.

Ao analisar as razões da recorrente, não vislumbramos vício na condução do Pregão ou análise documental da prestimosa Comissão e não há o que falar das marcas apresentadas, pois a recorrente apenas informou descrições genéricas retiradas de páginas da internet, sem ao menos mencionar qual empresa ofertou qual material, ou alguma outra informação mais robusta acerca das propostas apresentadas, a saber se alguma possui catálogo, ou algum outro informativo que corrobore o seu questionamento ou se somente seguiram as especificações do Termo de Referência.

Debruçados sobre o Princípio da Boa fé objetiva, que impõe um padrão de conduta leal, honesta e cooperativa entre as partes de uma relação jurídica, acreditamos que todas as empresas participantes do certame *sub examen* tinham ciência das especificações contidas no edital, e pautados neste princípio ofertaram somente materiais correspondentes as descrições solicitadas, inclusive sujeitando-se à sanção em caso de descumprimento.

O Enunciado nº 170 do Conselho da Justiça Federal, também, orienta que “a boa-fé objetiva deve ser observada pelas partes na fase de negociações preliminares e após a execução do contrato, quando tal exigência decorrer da natureza do contrato”.

De acordo com a lição de Nelson Rosenvald e Cristiano Chaves, o princípio da boa-fé objetiva é a mais imediata tradução do princípio da confiança e impõe aos contratantes a atuação de acordo com determinados padrões de lisura, retidão e honestidade, de modo a não frustrar a legítima expectativa e confiança despertada em outrem.

Ressalta-se que, o princípio da boa-fé objetiva exige que todos os envolvidos em uma relação jurídica ajam com lealdade, confiança, transparência e respeito mútuo, evitando causar prejuízos ou criar falsas expectativas na outra parte.



Isto posto, não nos ateremos aos apontamentos que insinuam afronta a princípios como o da vinculação ao instrumento convocatório, legalidade, isonomia, entre outros mencionados pela recorrente pois esta administração preza pela transparência e respeito aos demais princípios Constitucionais que regem a Administração Pública.

Salientamos, que é discricionário da administração que determina as especificações dos materiais que pretende adquirir, prezando as melhores condições de sua utilização de modo que se adeque as suas realidades, tendo sempre como base a razoabilidade e proporcionalidade dos meios aos fins, pois quando a lei confere ao agente público competência discricionária, isso significa que atribuiu ao agente o dever/poder de escolher a melhor conduta, dentre um universo de condutas possíveis, para a plena satisfação do interesse público, sendo que a busca deste interesse público que pautou as especificações e exigências contidas no termo de referência do certame *sub examen*.

Sabido que, a licitação busca selecionar o contratante e a proposta que apresentem as melhores condições para atender todas as circunstâncias previsíveis (preço, capacitação técnica, qualidade, entrega, etc).

DAS ALEGAÇÕES DA RECORRIDA

Resumidamente, a empresa VILLA GARDEN COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, ora recorrida apresentou a proposta mais vantajosa e foi devidamente habilitada e declarada vencedora para o item 10, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

A empresa VILLA GARDEN, alega atender integralmente às especificações do edital, apresentando produto com certificação do INMETRO e dentro dos parâmetros exigidos. Através da manifestação da recorrida no procedimento administrativo de nº 24.739/2025, a empresa afirma o atendimento integral a todos os requisitos editalícios e legais, não havendo qualquer impedimento jurídico ou reputacional que obstaculize sua contratação.



Isto posto, alega a recorrida que o recurso da recorrente foi considerado improcedente e protelatório, contrariando os princípios da boa-fé, legalidade, isonomia, eficiência e vinculação ao edital, se tratando inclusive de um possível erro ao mesclar as especificações dos itens e confundir o ofertado pela recorrente.

Desta feita, com respaldo nos princípios da vinculação ao instrumento convocatório, princípios da igualdade e demais princípios norteadores dos processos licitatórios, bem como nas diretrizes jurisprudenciais, e à luz do direito positivado através da Lei nº 14133/2021, não resta qualquer dúvida de que os licitantes deverão prestigiar legalidade, moralidade, eficiência e igualdade a todos os certames licitatórios em busca da contratação mais vantajosa ao interesse público.

No entanto, em que pesem tais considerações, importante ressaltar que para buscar a contratação mais vantajosa ao interesse público, toma-se necessária a segurança atribuída aos habilitantes, vinculando-os ao edital e este ao processo que o antecedeu, conforme o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

Sem mais, segue a CONCLUSÃO desta secretaria.

DA CONCLUSÃO:

Isto posto, sem nada mais a evocar, conhecemos do recurso interposto pela empresa B.D.R COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA para NEGAR-LHE PROVIMENTO e conhecemos das contrarrazões interpostas pela empresa VILLA GARDEN COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA para DAR-LHE PROVIMENTO, mantendo-se incólume a decisão de CLASSIFICAÇÃO e HABILITAÇÃO no certame., seguindo o prosseguimento ao referido processo licitatório mantendo todos seus atos processuais e legais.

Araruama, 07 de novembro de 2025.


Valeria Cristina Tavares do Amaral
Secretária Municipal de Educação

*Recebido em
11/11/25
12:00h
AD*